

O território do Cerrado em Goiás – Brasil

Antônio Teixeira Neto

da Universidade Federal de Goiás e Pontifícia Universidade Católica de Goiás
- Goiânia - Brasil

netomap@hotmail.com

Resumo: Sem cometer injustiças sobre a não citação de inúmeras pesquisas e respectivos pesquisadores sobre o cerrado, temos por pretensão neste trabalho apenas mostrar que sobre um mesmo bioma, e sob diferentes óticas de observação e de análise, podemos ter enfoques aparentemente repetitivos, mas que, no conjunto, mostram facetas ainda pouco percebidas pelo leitor comum. A abordagem desse bioma, que cobre $\frac{1}{4}$ do território brasileiro, terá de nossa parte um enfoque bem preciso e delimitado: Goiás. Assim, o presente artigo apresenta elementos estruturantes do território e da sociedade em Goiás e do cerrado goiano, como as águas estratégicas do cerrado, a rede urbano-viária, incidência de pobreza, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), analfabetismo e produção agropecuária. Ao final desta pesquisa que tem o cerrado como pano de fundo – logicamente incompleto –, devemos concluir que realmente todo território, logo, toda sociedade, é marcado por dissimetrias, tanto do meio natural como do meio social. As dissimetrias percebidas na sociedade – como entre muitas, a desigualdade na distribuição da riqueza – são também visíveis quando lançamos nossos olhares sobre a forma como os espaços municipais, regionais e estadual goianos são organizados. Todos os cidadãos devem tomar conhecimento dessas realidades, pois isto lhes diz respeito e é de sua competência e obrigação participar da vida política, social e econômica de sua sociedade, principalmente a da comunidade municipal.

Palavras-chave: Goiás. Cerrado. Território.

Considerações iniciais

Enquanto sistema biogeográfico que se formou e se organizou em vários subsistemas, o cerrado está para nós goianos o que, por exemplo, a Caatinga está para o sertanejo nordestino: ele é o nosso próprio imaginário – o palco da história, da cultura e das aspirações pessoais e coletivas de todos os que nele vivem. Independentemente de outros fatores, quando da instalação de famílias em zonas ainda não pisadas pelos colonizadores, um deles era prioritariamente levado em conta: o da qualidade e fertilidade natural dos solos do cerrado. Pode-se mesmo afirmar que em Goiás ele foi preponderante na ocupação pioneira do espaço através da agropecuária, no surgimento das cidades e, por assim dizer, na expansão e no desenvolvimento da rede urbana. Tempos depois, o advento da revolução verde e das pesquisas genéticas sobre a melhoria de sementes de alta produtividade realizadas pela Embrapa, o fator solo ficou em segundo plano, no que resultou na incorporação do cerrado à nova fase da economia agrícola cheia de tecnologia: a da agropecuária de ponta que atualmente alimenta a agroindústria e o agronegócio baseados na produção de grãos (principalmente soja), cana

de açúcar para a fabricação de álcool combustível – o etanol e de carne com vistas ao mercado internacional.

São tantas as interrogações sobre o que acontece no cerrado – até mesmo para que serve? –, que o leitor se confunde diante de tantas abordagens, de tantas descrições técnicas e científicas sobre esse bioma que nos é tanto familiar. Tudo o que dissermos sobre ele (sua origem, suas diferentes fácies, sua botânica, sua ocupação e uso agrícola do solo, suas manifestações culturais e folclóricas, seu povoamento e urbanização, etc.) é à primeira vista repetitivo. Sem cometer injustiças sobre a não citação de inúmeras pesquisas e respectivos pesquisadores sobre o cerrado, temos por pretensão neste trabalho apenas mostrar que sobre um mesmo bioma, e sob diferentes óticas de observação e de análise, podemos ter enfoques aparentemente repetitivos, mas que, no conjunto, mostram facetas ainda pouco percebidas pelo leitor comum. A abordagem desse bioma, que cobre $\frac{1}{4}$ do território brasileiro, terá de nossa parte um enfoque bem preciso e delimitado – Goiás. Nada de original, mas com nuances que às vezes somente os mapas são capazes de revelar, como, entre outras, a forma como o território goiano e sua sociedade são ainda injustamente divididos e dissimétricos. Isto será facilmente percebido pelo leitor ao longo deste artigo.

O Território simplificado e o escoamento das águas estratégicas

Resumindo-se, então, essa geografia – e sem cometer nenhuma heresia geográfica – pode-se, de maneira simplificada, dizer que o estado de Goiás, por oposição à sua antiga metade norte – o estado do Tocantins –, são as *terras altas*: os planaltos elevados e menos elevados, entre os quais se alojam grandes bacias hidrográficas e suas respectivas depressões e em cujos topos se estendem as imensas chapadas cobertas pela vegetação mais tipicamente goiana: o cerrado. Contudo, é justamente essa feição geomorfológica e topográfica aparentemente simples que constitui um dos traços obsedantes da geografia de Goiás. Aqui, como mostra o mapa da figura 1, a disposição do relevo “construiu” três fontes fundamentais de águas que se dispersam para o norte, para o sul e para o leste. Certamente, há milhões de anos que é assim, mas, hoje, essa particularidade geográfica do território goiano faz dele – mais do que fizera no passado – o elo estratégico da articulação e da mobilidade espaciais de todo o território brasileiro. Quando observada com mais atenção, percebe-se que essa particularidade é plena de conotações de toda ordem, principalmente porque ela insinua que nessa porção central do Brasil o sentido que tomam as águas e os caminhos a partir do topo do Planalto Central conferem ao

território uma permeabilidade ímpar, o que faz de Brasília, construída sobre o grande divisor norte-sul das águas brasileiras, uma capital geopolítica por excelência.

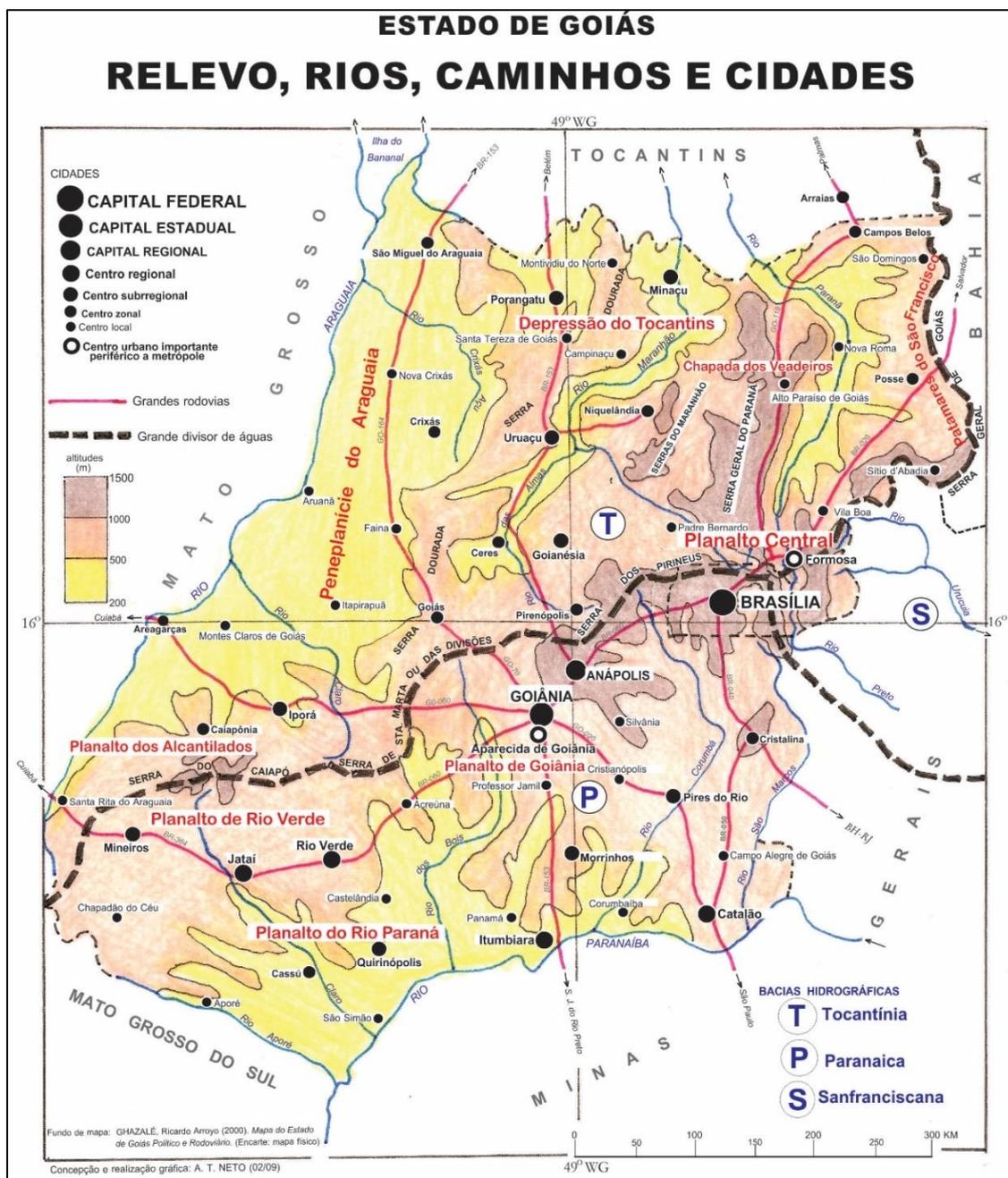


Figura 1 – Estado de Goiás: relevo, rios, caminhos e cidades

Geografia das diferentes formas espaciais do território

Ao se comparar o mapa da figura 1 com diversos outros que mostram a repartição espacial de diferentes variáveis sociais e econômicas, podemos afirmar que, em Goiás, o relevo tem realmente papel preponderante na ocupação regional do território. Desde o

início, as antigas zonas de mineração¹, sobre as quais surgiram os primeiros arraiais coloniais, já desenhavam uma distribuição desigual das pessoas, das atividades por elas praticadas, dos índices de desenvolvimento social e econômico, enfim, da riqueza e da pobreza. Qualquer que seja o mapa de Goiás que se tenha diante dos olhos, mesmo aquele aparentemente “neutro”, como, para começar, o da rede urbano-viária atual, invariavelmente ele confirmará o que se disse logo acima acerca das dissimetrias espaciais.

A rede urbano-viária

Em Goiás, a hierarquia urbana é comandada por duas capitais modernas que têm *status* de metrópole: uma de fora do estado, de influência nacional (Brasília), e outra de dentro do território, de influência regional (Goiânia). As outras cidades – que a elas se interligam através de caminhos, também hierarquizados segundo seu raio de alcance – funcionam como coadjuvantes na organização da vida político-administrativa, social e econômica do estado. Dado o poder intrínseco de que dispõem, desde a antiguidade cidades e rodovias se constituem nos verdadeiros órgãos de comando de imensas forças que atraem, centralizam e irradiam grandes decisões nacionais, estaduais e regionais. Apesar da aparente rigidez dessa organização e de certas dificuldades de articulação entre algumas regiões devidas, sobretudo, a contingências naturais do relevo (a banda leste goiana, por exemplo, pouco se comunica com a BR-153, que corta pelo centro o território estadual de sul a norte), pode-se dizer que, no que concerne ao papel desempenhado pelas rodovias, o território goiano é de uma permeabilidade invejosamente estratégica: é o mais importante elo entre o norte e o sul e o leste e o oeste do Brasil. Se, por um lado, o mapa da figura 2, mostra que, no conjunto do estado, o centro é cheio e as margens mais vazias, por outro, ele apenas confirma que realmente todo território é geograficamente dissimétrico, portanto, cheio de realidades econômicas e sociais contrastantes.

¹ Segundo os geólogos, elas constituem em Goiás o que chamam *de green stones belt – cinturão de rochas verdes* –, dobramentos antigos (Serra Dourada, por exemplo) de relevo e topografia pouco recomendados à construção de cidades. Não à toa, é justamente ao seu longo que, atualmente, situam-se os patrimônios coloniais goianos, que à exceção da Cidade de Goiás e de Pirenópolis, se desmancham ante à ação do tempo e ao desamparo de autoridades governamentais.

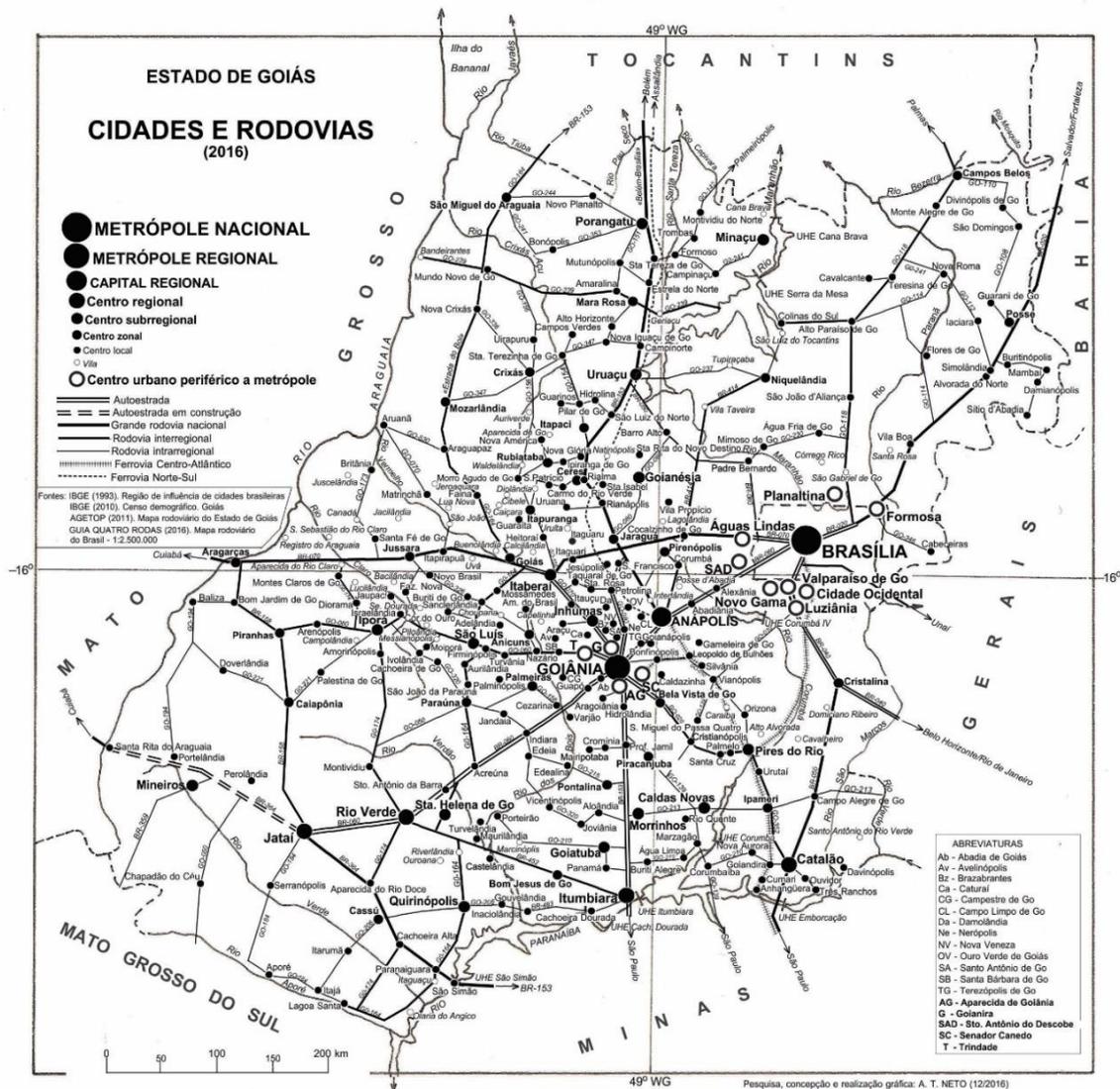


Figura 2 – Estado de Goiás: cidade e rodovias.

Os que vivem no campo

O campo goiano se esvaziou muito rapidamente nos últimos 50 anos. É compreensível, pois, em uma sociedade altamente estratificada social e economicamente, os que detêm majoritariamente o poder e, sobretudo, a propriedade rural, no momento oportuno transformam suas posses em imensos latifúndios produtivos impulsionados pela revolução científica e tecnológica e pelos incentivos aos modos de produção capitalista. Até recentemente, as grandes propriedades rurais ainda eram na verdade imensas reservas de valor que viriam se constituir no verdadeiro *Eldorado* da revolução agrícola, como assim se refere ao cerrado a mídia nacional. Sem que houvesse o tempo necessário para que se realizasse uma passagem mais lenta e gradual de um processo a

outro – a lenta adaptação do campo às novas técnicas de trato da terra e, consequentemente, a também lenta adaptação do homem do campo à vida urbana –, a modernização da agricultura, e tudo o que ela trouxe consigo, principalmente a aceleração do êxodo rural, rapidamente, nem que seja como força de expressão, transformou a população rural goiana em população urbana – ou melhor, urbanizada. Foi como se tivesse sido por decreto: “*de agora em diante, o campo vai se transformar na exuberância demográfica das cidades*”. Contrastes e oposições entre regiões antípodas (Nordeste *versus* Sudoeste) são percebidos facilmente quando se observa o mapa da distribuição da população rural, figura 3. Como se verá mais adiante, este mapa tem a mesma fisionomia de outros que tratam de índices de desenvolvimento humano.

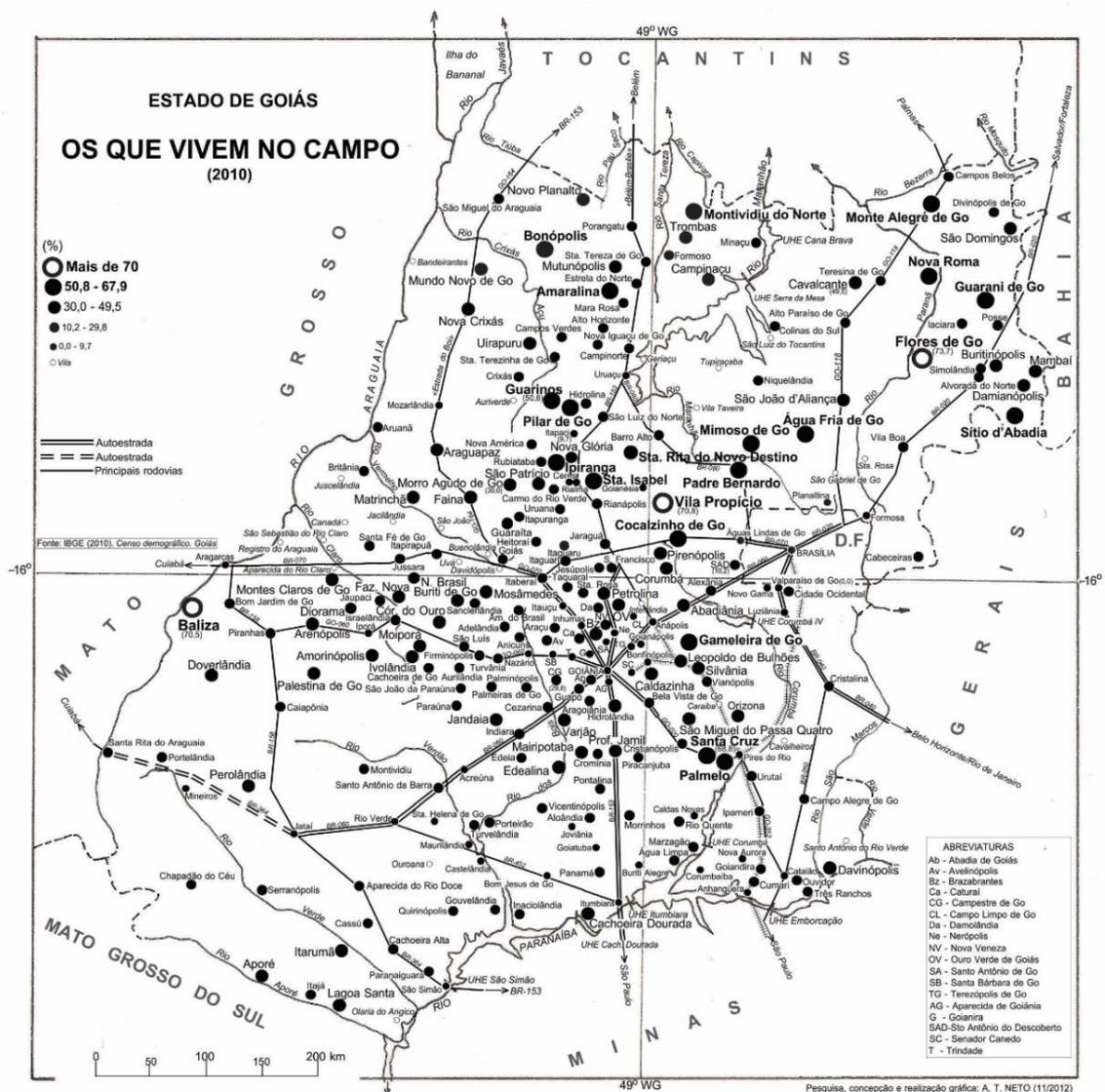


Figura 03 - Estado de Goiás: os que vivem no campo

Incidência da pobreza

Em 2003, a partir de dados concernentes à vida material, social e econômica dos brasileiros levantados pelo recenseamento de 2000, o IBGE realizou uma das obras de maior serventia para o estudo e compreensão do que se pode chamar de *Geografia da Pobreza no Brasil*. Dessa tabela foram retirados os dados concernentes ao Estado de Goiás e seus 246 municípios para a construção do mapa da figura 4. Para o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), incidência de pobreza é simplesmente o percentual de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza. Ela é absoluta quando a renda de uma pessoa não passa de 2 dólares americanos/dia e é simplesmente pobre todo indivíduo que dispõe apenas do dobro dessa quantia para sobreviver. Ela pode também ser medida subjetivamente, levando-se em consideração a percepção que cada pessoa tem de si mesma e de suas condições de vida, ou seja, a percepção que ela tem de bem-estar. No geral, em regiões mais pobres (em Goiás, o Nordeste Goiano, por exemplo), as pessoas são igualmente pobres, enquanto que em regiões mais ricas um índice de desigualdade baixo significa – pelo menos teoricamente – uma melhor distribuição da riqueza, como seria o caso do município de Chapadão do Céu, no Sudoeste Goiano, em que “apenas” 10,5 % dos seus cidadãos são considerados pobres. A oposição entre as duas regiões leva o leitor a se interrogar sobre o porquê dessa realidade constrangedora: a existência de municípios em que a maior parte de seus cidadãos ainda vive em estado de pobreza – Simolândia (81,5%), Buritinópolis (74,0%), Mambai (71,0%), Alvorada do Norte (65,2%), etc. – enquanto em outros as pessoas têm vida mais confortável – Goiânia, Jataí, Rio Verde, Caldas Novas, Morrinhos, Piracanjuba e até mesmo alguns pouco conhecidos pela maioria dos goianos (Caldazinha, São Miguel do Passa Quatro, Santa Cruz de Goiás, Campo Alegre de Goiás, Nova Aurora, Itarumã, etc.)

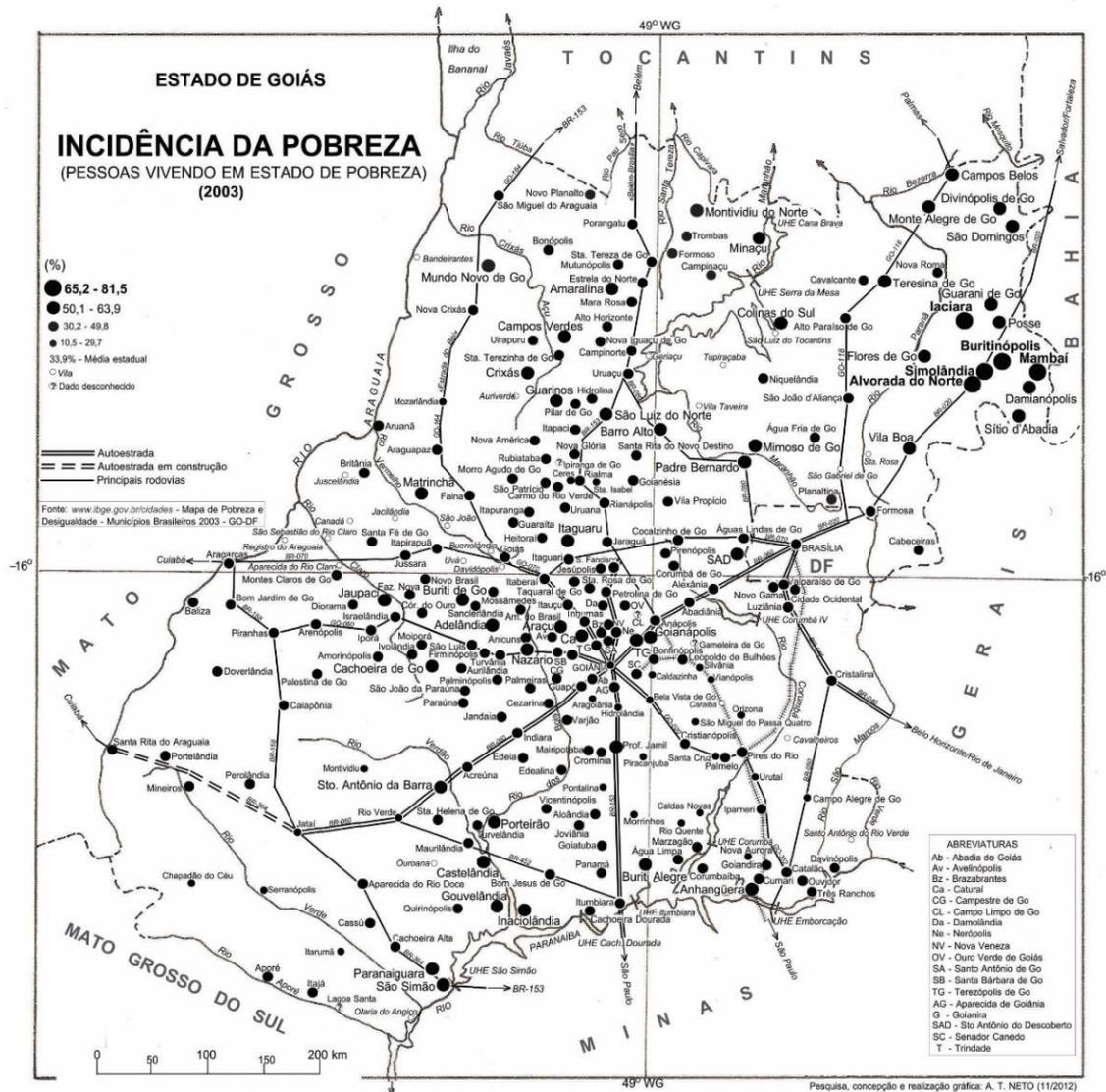


Figura 04 – Estado de Goiás: Incidência de Pobreza

Índice de desenvolvimento humano - IDH

Teoricamente, quanto maior é o PIB per capita de um município, maior é o benefício de que dele usufrui a população, ou seja, maior é o seu desenvolvimento humano. Deveria ser assim, mas não é, porque, para o PNUD, diferentemente da perspectiva do crescimento econômico, que vê o bem-estar de uma sociedade apenas pelos recursos ou pela renda que ela pode gerar – o PIB per capita, por exemplo –, a abordagem de desenvolvimento humano procura olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades. A renda é importante, mas não como fim, pois, com o desenvolvimento humano, o foco é transferido do crescimento econômico, ou da renda, para o ser humano. Criado pela ONU nos anos 1990 a partir de três variáveis

fundamentais do desenvolvimento humano – educação, longevidade e PIB per capita –, o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) se contrapõe ao PIB puro e simples, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento.

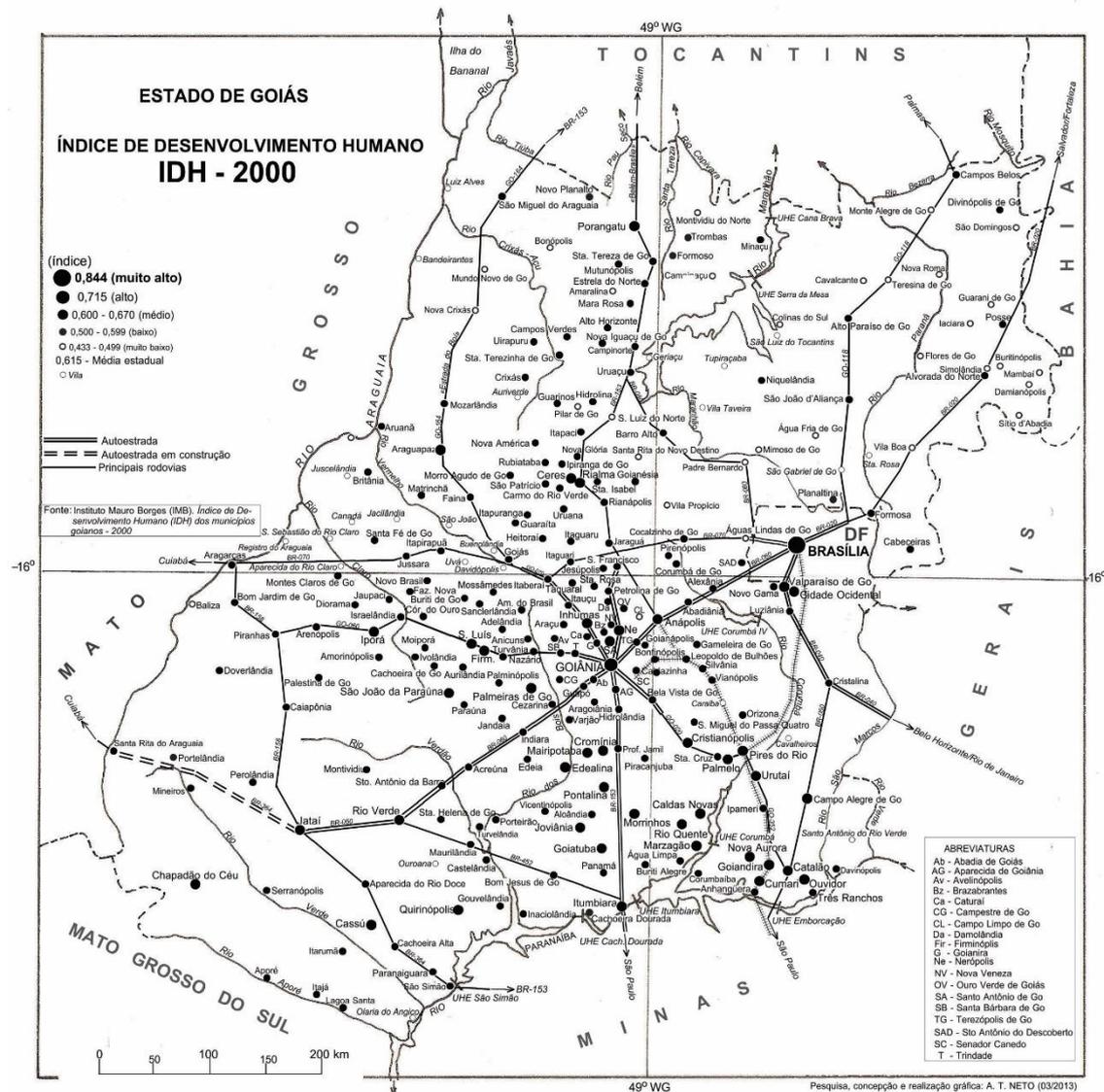


Figura 05 – Estado de Goiás: Índice de Desenvolvimento Humano em 2000

A rápida leitura do mapa da figura 5 permite a um leitor com certa cultura geográfica do território goiano constatar que ele teria a cara, por exemplo, da distribuição da riqueza, porque geralmente esta última se concentra nos centros urbanos mais ricos do estado. Há, contudo, exceções, e é este o caráter do IDH: mostrar que, independentemente da riqueza absoluta, ele é também relativamente elevado em centros urbanos pequenos e, em termos de geração de riqueza, mal colocados com relação ao conjunto do estado. Caso, entre outros, de Firminópolis (Oeste Goiano), Mairipotaba

(Sul Goiano), Palmelo, (Sudeste Goiano) e Rialma (Vale do São Patrício) – todos eles com índices próximos ou acima da média estadual. Isto tem grande significado social, pois indica que naqueles municípios, não obstante os poucos recursos materiais de que dispõem, os cidadãos devem ser, teoricamente, mais felizes que em outros de igual porte. Por este lado, o IDH, em que pese opiniões contrárias, mostra que não obstante a importância que tem a renda para o cidadão, ela não é um fim em si mesmo, pois o que realmente conta é a valorização do ser humano. Mas, por outro lado, ao se observar o mapa como um todo, o leitor vai mais uma vez se certificar de que realmente as carências e pobreza do estado se localizam nas margens do seu território, como se a felicidade e o bem-estar dos cidadãos se irradiassem do centro para a periferia, começando grandes e terminando pequenos.

Índice de desenvolvimento humano em 2010

O Brasil em geral deu um bom salto em seu IDH entre 2000 e 2010: cresceu 18,8% no período, passando de 0,612 em para 0,727 e, dentre seus “filhos”, Goiás foi um dos que mais mudaram a sua fisionomia social, com crescimento (19,5%) superior ao do Brasil. Seu IDH saltou de “médio” para “alto”, ou seja, de 0,615 para 0,735. É o que mostra o mapa da figura 6 quando comparado com o da década anterior, figura 5. Visualmente, poder-se-ia dizer que não se trata do mesmo fenômeno, porque, confrontando-se os dois mapas município por município, o leitor perceberá que, em 2010, nenhum deles se encontrava na faixa de desenvolvimento humano “muito baixo”. Aliás, ao contrário da realidade de 2000, em 2010 apenas quatro municípios goianos se encontravam no patamar “baixo” – Cavalcante, Flores de Goiás e São Domingos, no Nordeste Goiano, e Jesópolis, na microrregião de Anápolis – e nenhum em “muito baixo”. Foi um avanço e tanto, embora não exista em Goiás nenhum município com IDH muito alto (índice igual ou superior a 0,800). Apenas Goiânia (0,799) “bateu na trave”, mas não entrou. Em tempo: A variável que mais contribuiu para esse crescimento foi aumento da expectativa de vida dos goianos.

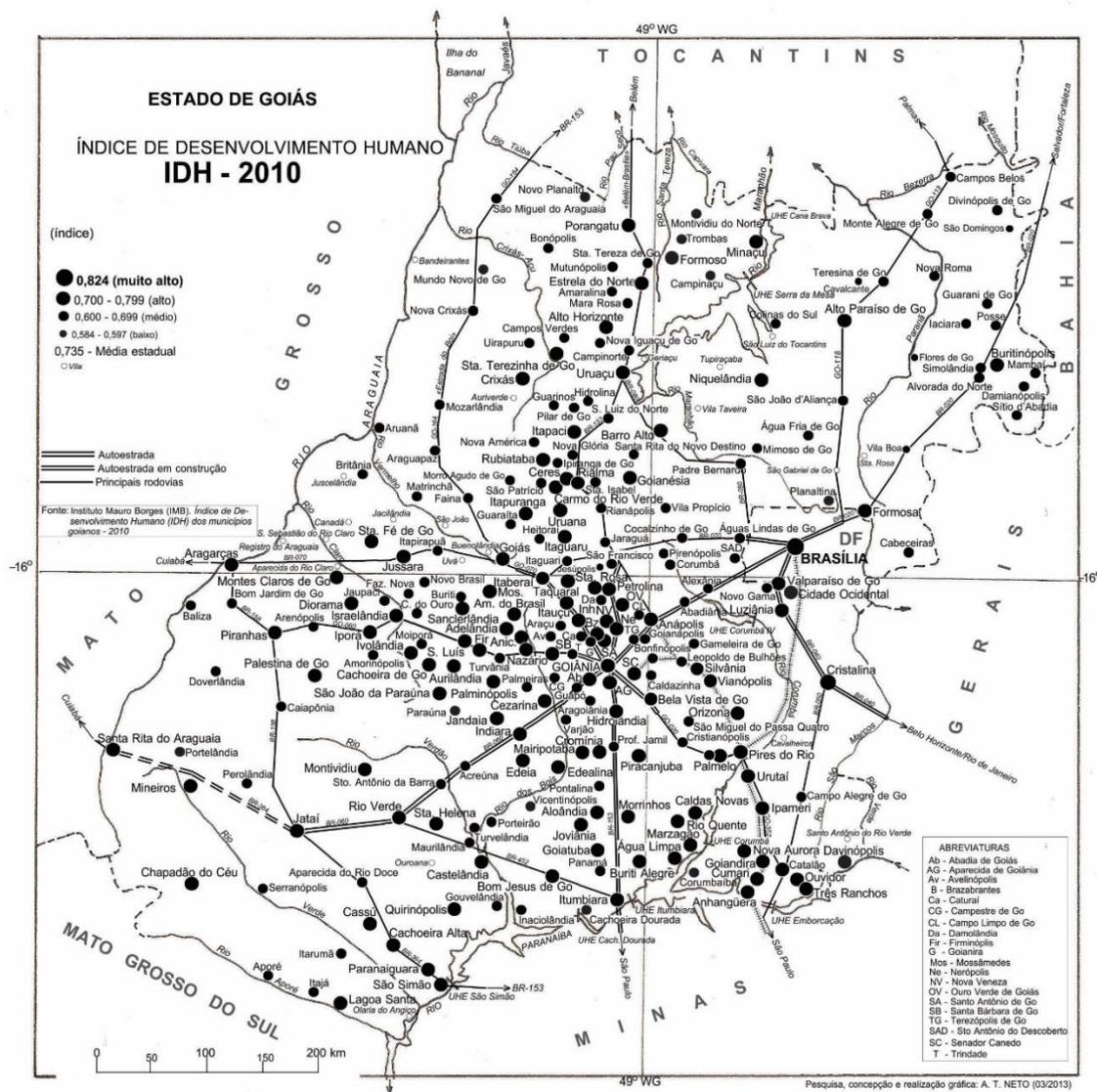


Figura 6 – Estado de Goiás: índice de desenvolvimento Humano 2010

Geografia do analfabetismo

Os dados nele transcritos neste mapa da figura 7 dizem respeito apenas ao analfabetismo entre as pessoas de 15 anos ou mais. Tradicionalmente, em trabalhos desta natureza, para se ter uma ideia mais completa deste grave problema social, é necessário que os dados sejam mais abrangentes, isto é, que incluam também pessoas entre 6 e 14 anos, passíveis de estar frequentando a escola fundamental – do primeiro (classe de alfabetização) ao nono ano. Ao levantar os dados desta forma, o IBGE quis mostrar que nas outras faixas abaixo dela – 6 a 14 anos – o número de analfabetos seria, obviamente, menor, ou mesmo próximo de zero. Como resultado, os dados revelam apenas um lado do problema: o índice de analfabetos de pessoas praticamente adultas (aquelas com 15

anos e mais), o que deixa transparecer que todo brasileiro, logo, todo goiano, entre 6 e 14 anos é alfabetizado, o que absolutamente não é o caso.

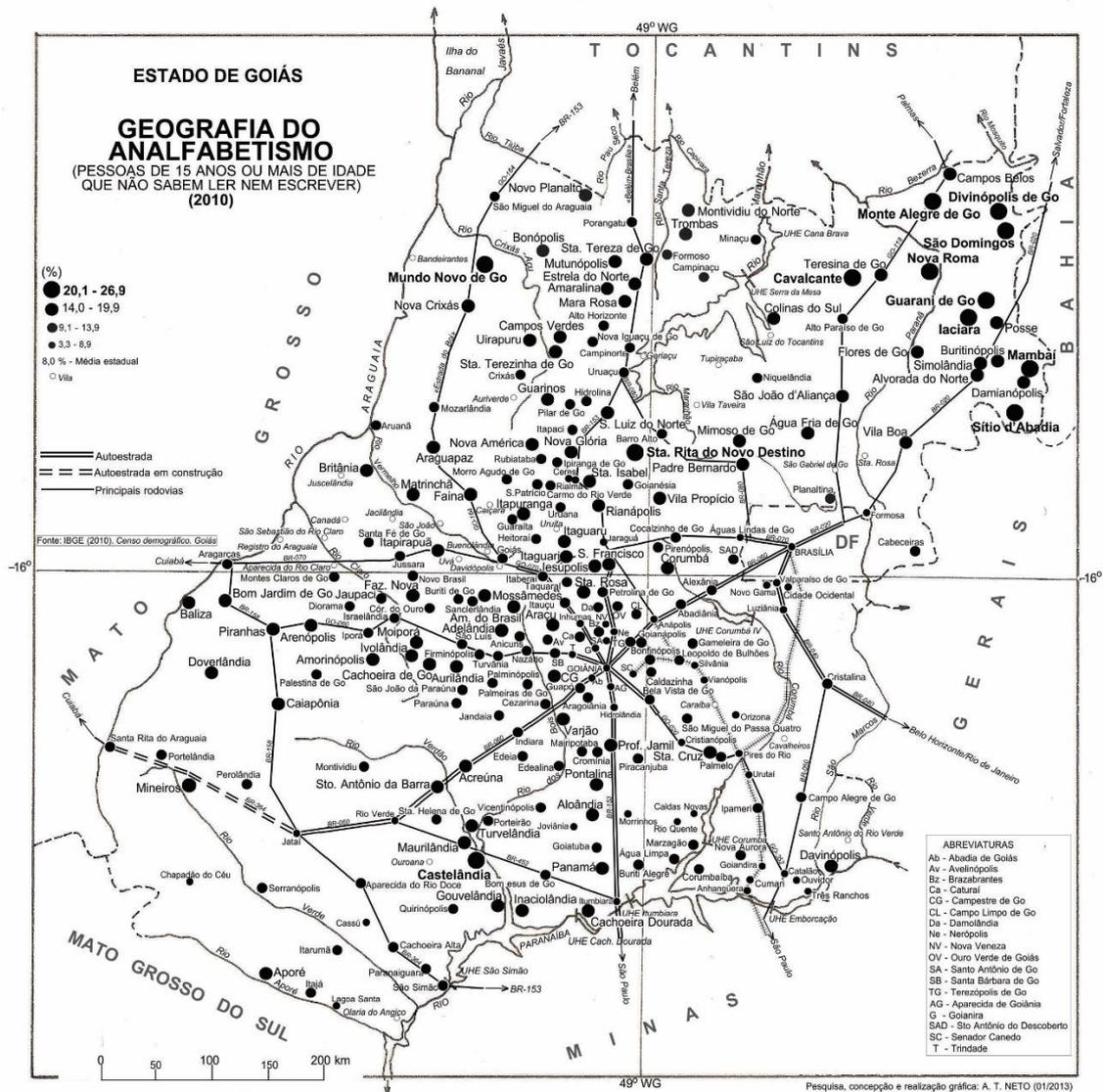


Figura 7 - Estado de Goiás: geografia do analfabetismo

Na verdade, o que se quer mostrar aqui é um dos lados preocupantes da educação de base no país: a escola fundamental não realiza – como deveria realizar – a sua tarefa principal, ou seja, ensinar a ler, a escrever, a fazer conta, a raciocinar, enfim, a descobrir o funcionamento da natureza e da sociedade a partir de fórmulas pedagógicas simples. Do ponto de vista estritamente visual, é possível perceber que os bolsões de analfabetismo se espalham por praticamente todas as regiões do estado, principalmente em seu quadrante mais pobre: o Nordeste Goiano. Mas, ao lado desta informação banal, outros aspectos, à primeira vista contraditórios, chamam a atenção do leitor: os relativamente baixos índices de analfabetos em municípios de índices relativamente

elevados de pobreza e reconhecidamente violentos, como em geral são os que rodeiam Goiânia e Brasília. Há explicações para isto: naqueles municípios, sem praticamente população rural, o acesso à escola é mais fácil e maior é a cobrança da opinião pública por uma educação de melhor qualidade.

Geografia do salário mínimo

Pode-se dizer que os mapas da pobreza, figura 4, e do analfabetismo, figura 07, têm exatamente a mesma cara do, digamos, o mapa do salário mínimo, figura 8. E não poderia ser diferente, porque os municípios em que a proporção de domicílios particulares permanentes com renda mensal nominal até 1 salário mínimo per capita é elevada são praticamente os mesmo que têm também elevados índices de pobreza e de analfabetos – ou, seja, baixíssimos índices de desenvolvimento humano. Ora, em domicílios pobres, também pobres e poucos instruídos são seus ocupantes, principalmente naqueles em que a população rural é maior que a população urbana. Se, em vez de mostrar a geografia do salário mínimo, mostrássemos a geografia dos domicílios em que a renda nominal mensal chega apenas a meio salário mínimo per capita, a repartição geográfica da pobreza pouco mudaria, a não ser mostrar a forma da pirâmide da vergonha: uma enorme base (os numerosos pobres, que detêm a apenas 10% da riqueza do estado) e um vértice diminuto (os raros ricos, que ficam com 90% de tudo.) O que representa $\frac{1}{2}$ salário mínimo para ocupantes, geralmente numerosos, de domicílios pobres? Significa sobreviver abaixo da linha de pobreza absoluta. E é isto o que mostraria este mapa: pessoas vivendo em domicílios cuja renda per capita é igual ou inferior a 1,00 dólar por dia (cerca de R\$ 5,00 em agosto de 2020). O que dizer então de dados do próprio IBGE que mostram rendimentos mensais per capita de apenas $\frac{1}{4}$ de salário mínimo? Pouca coisa, senão confirmar que, apesar da riqueza do estado, a miséria humana ainda mora ao lado.

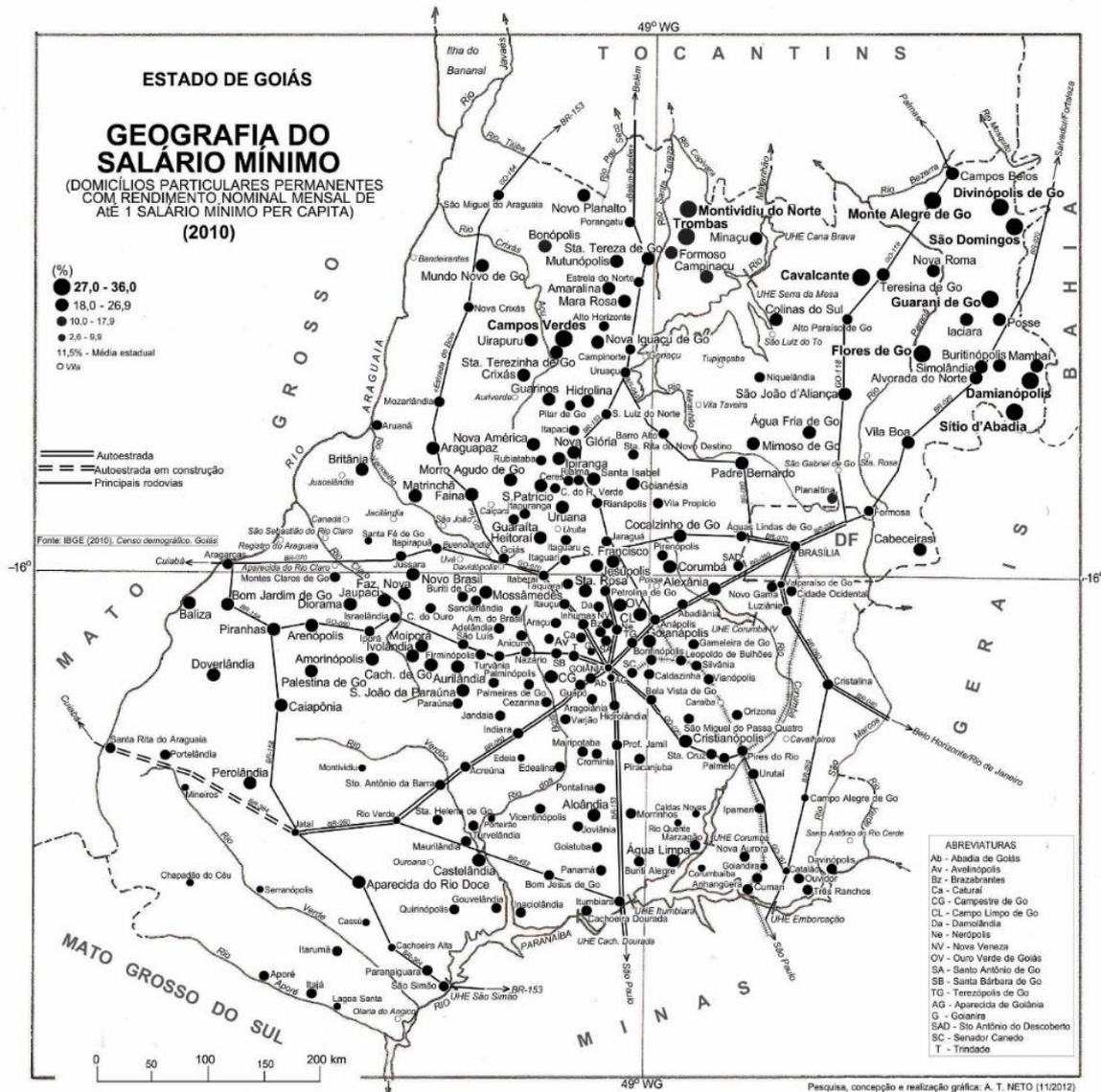


Figura 08 – Estado de Goiás: Geografia do Salário Mínimo

Geografia da condição do produtor rural e da produção agropecuária

De modo geral, nos esquecemos de que, desde os primórdios da humanidade, é o campo que produz os alimentos essenciais a todo indivíduo. Parece que a história do campo é contada dessa maneira em praticamente todos os lugares do mundo. A de Goiás, que tem a roça e o boi como símbolos mais que emblemáticos, não podia ser diferente, porque, por duzentos anos, o campo goiano e suas fazendas multifuncionais sustentaram tudo. Nesse processo, as cidades não passavam de apêndices, ou melhor, de dependências dos senhores de glebas. A observação de Sérgio Buarque de Holanda² sobre o caráter

² HOLANDA, Sérgio Buarque de (1969), p. 41

eminentemente rural do povo brasileiro – “era no campo que as coisas funcionavam [porque] toda a estrutura de nossa sociedade colonial teve suas bases fora dos meios urbanos” – é particularmente inerente ao povo goiano, pois, por aqui foi no campo que as coisas também aconteceram.

Tradicionalmente, quando se referia à condição do produtor rural com relação à ocupação e uso da terra, quatro modalidades eram consideradas pelo IBGE para efeito de recenseamento e levantamento de dados: *proprietário*, *arrendatário*, *parceiro* e *ocupante* (ou *posseiro*). No Censo Agropecuário de 2006 duas outras categorias foram acrescentadas: a de *assentado sem titulação definitiva* e a de *produtor sem área*. Segundo o órgão recenseador, essa nova classificação tem por objetivo detalhar melhor as informações das modalidades de produtores rurais. Pela homogeneidade dos dados, a modalidade *proprietário* foi deixada de lado neste trabalho, pois a maioria esmagadora dos produtores rurais se enquadra nessa condição. O mapa que disto resultaria mostraria, portanto, o óbvio, já que em 2010 eles somavam 87% e 95,1% do número e da área dos estabelecimentos rurais do estado, respectivamente. Os mapas das figuras 9, 10 e 11 mais uma vez reafirmam as dissimetrias a que tanto nos referimos aqui: a persistente dificuldade em repartir mais justamente o que milhares de famílias mais reivindicam – a terra para produzir nem que seja para o próprio sustento.

Arrendatário

Em área ocupada, de pois de *proprietário*, a segunda modalidade de condição do produtor mais importante em Goiás é a de *arrendatário*, figura 9. É ela, por exemplo, que explica porque em alguns municípios das regiões-celeiro do estado (Sudoeste Goiano e Entorno de Brasília) a área explorada diretamente por proprietários é no conjunto relativamente menor que em outras regiões, principalmente naquelas em que a pecuária prima sobre a agricultura. Por serem regiões dinâmicas, com facilidades de mecanização devidas às formas tabulares do relevo, portanto, atrativas para investimento de quem vem de fora, mas não é *proprietário*, boa parte dos estabelecimentos agropecuários é arrendada a terceiros na forma da lei. É justamente nos grandes municípios do Sudoeste Goiano (Jataí, Rio Verde, Itarumã, Mineiros, Chapadão do Céu, Paraúna, Santa Helena de Goiás, Serranópolis, Montividiu e Perolândia, até recentemente de vocação essencialmente pastoril) que os arrendadores encontraram maior disponibilidade de áreas para plantar soja, cana e milho e transformar a região, como inúmeras vezes já sublinhado pela mídia nacional, no novo *Eldorado do Sertão*. Fora desse polígono

multiplicador de grãos, despontam alguns municípios, principalmente do Entorno de Brasília e do Sul-Sudeste do território estadual. Campinaçu, no Norte Goiano, é um caso isolado.

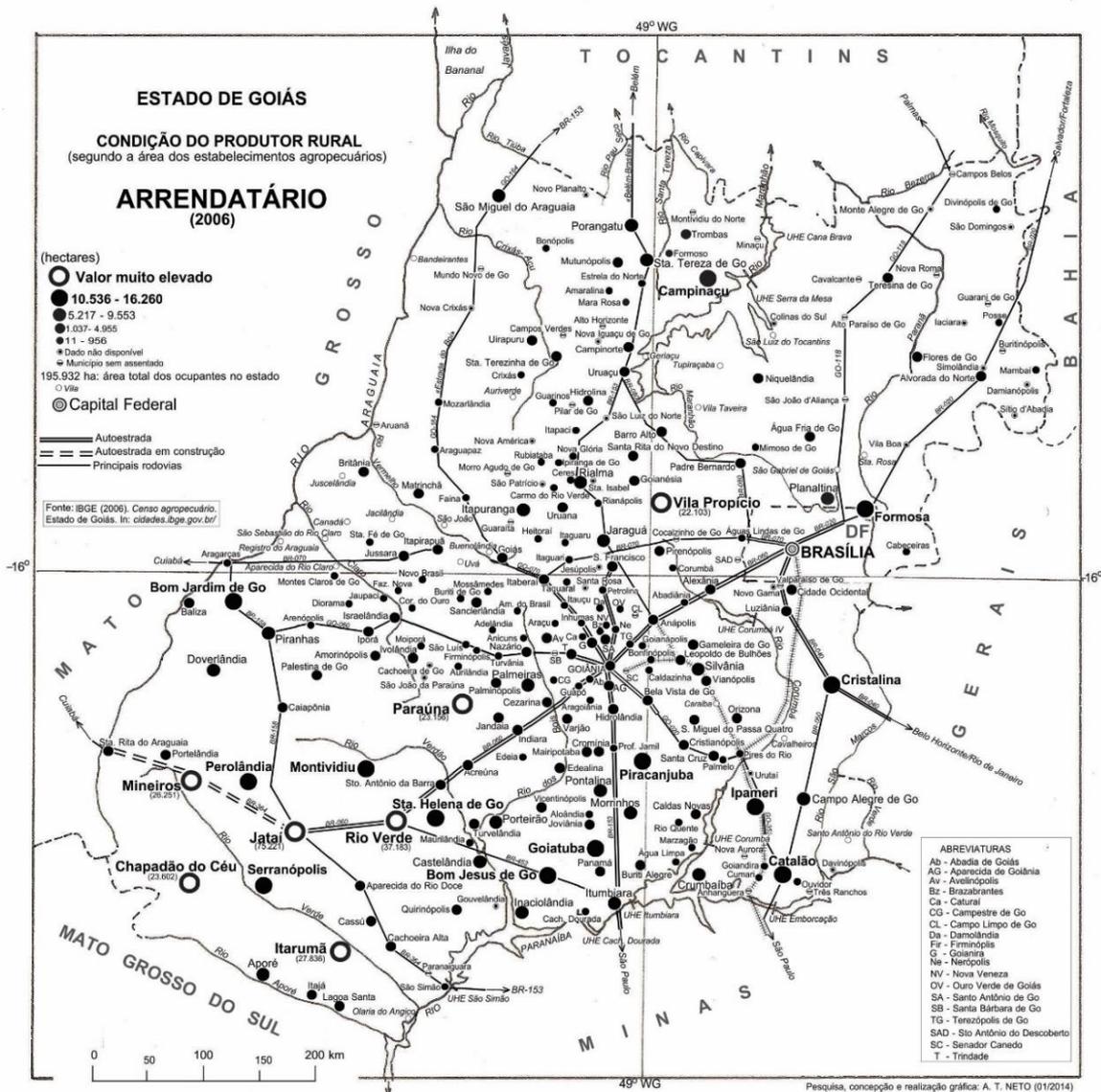


Figura 09 – Estado de Goiás: arrendatário

Assentado

Assentado sem titulação definitiva é geralmente todo *ex-ocupante* ou *ex-possuidor*, o que quer dizer que, antes, fazia parte da categoria dos sem-terra. Até 2006, o censo agropecuário registrava em Goiás 7.126 estabelecimentos de assentados (5,2% do total de estabelecimentos agropecuários) ocupando uma área de pouco mais de 250.000

hectares. De lá para cá, conforme dados do Inbra³, o número mais que dobrou em área (666.863 hectares) e certamente também em quantidade de estabelecimentos, porque mais de 14.500 famílias foram assentadas.



Figura 10 – Estado de Goiás: assentados

Na lista mais recente do Inbra (2011) constam municípios que no recenseamento de 2006 não possuíam *assentados* – muitos deles assinalados com “dado não disponível.” Voltando os olhos para o mapa, salvo exceções, o que se percebe é uma repartição dos *assentados* mais expressiva nas regiões menos povoadas do território estadual. Antes, porém, chama a atenção do leitor o fato de em municípios em que prevalece o agronegócio (Rio Verde, Doverlândia, Jataí, Caiapônia, Perolândia e Cristalina) o

³ In: <http://incragoias.wordpress.com/distribuicao-dos-assentamentos-no-estado-de-goias/>

número de *assentados* ser relativamente elevado. Mas, de modo geral, nas regiões de povoamento comandado pela pecuária tradicional desde o século XIX (Sudoeste Goiano e Entorno de Brasília), a moderna agricultura que rapidamente se instalou em seu lugar abriu poucas oportunidades para os movimentos sociais no campo, como o MST, daí, salvo exceções, o pequeno número de assentamentos. Individualmente, os municípios que mais abrigam *assentados* são, respectivamente, os de Baliza, no Oeste Goiano (564 estabelecimentos e 25.395 ha ocupados), e Montividiu do Norte, no Norte Goiano (211 estabelecimentos e 11.121 ha ocupados).

Ocupante

Embora o número de estabelecimentos de *assentados* (7.126) seja praticamente o dobro do de *ocupantes* (3.651) e as áreas ocupadas por cada uma das modalidades no estado não sejam tão disparatadas (253.477 ha e 195.932 ha, respectivamente), quando se compara os dois mapas, a impressão que se tem é a de que em Goiás os *ocupantes*, figura 11, são bem mais numerosos que os *assentados*. A explicação é simples: enquanto a geografia dos *assentados* se resume a cerca de 1/3 dos municípios goianos, os *ocupantes* se distribuem praticamente por todo o território estadual, principalmente em municípios que somados cederam para essa categoria de produtor rural mais da metade dos 195.932 ha por eles ocupados no estado: Faina (23.300 ha), São Domingos (12.514 ha), Doverlândia (10.933 ha), Cavalcante (10.169 ha), Campinorte (8.731 ha), Niquelândia (7.115 h), (Paraúna (6.584 ha), Jaraguá (5.668 ha) e Planaltina de Goiás (5.521 há), Caiapônia (4.481 ha) e Serranópolis (4.445 ha).

Do ponto de vista político e, sobretudo, jurídico, os *ocupantes* – que, como se disse, nada mais são que posseiros – trazem mais preocupações sociais e administrativas que os *assentados*, pois, enquanto estes últimos contam com certa proteção jurídica, os *ocupantes*, ao se encontram, ao contrário, vulneráveis diante das leis vigentes. Eles constituem, por assim dizer, o grande problema social no campo, no que, não raro, resulta em conflitos sociais e violências. A maioria, senão a totalidade, dos *ocupantes* integra o MST.

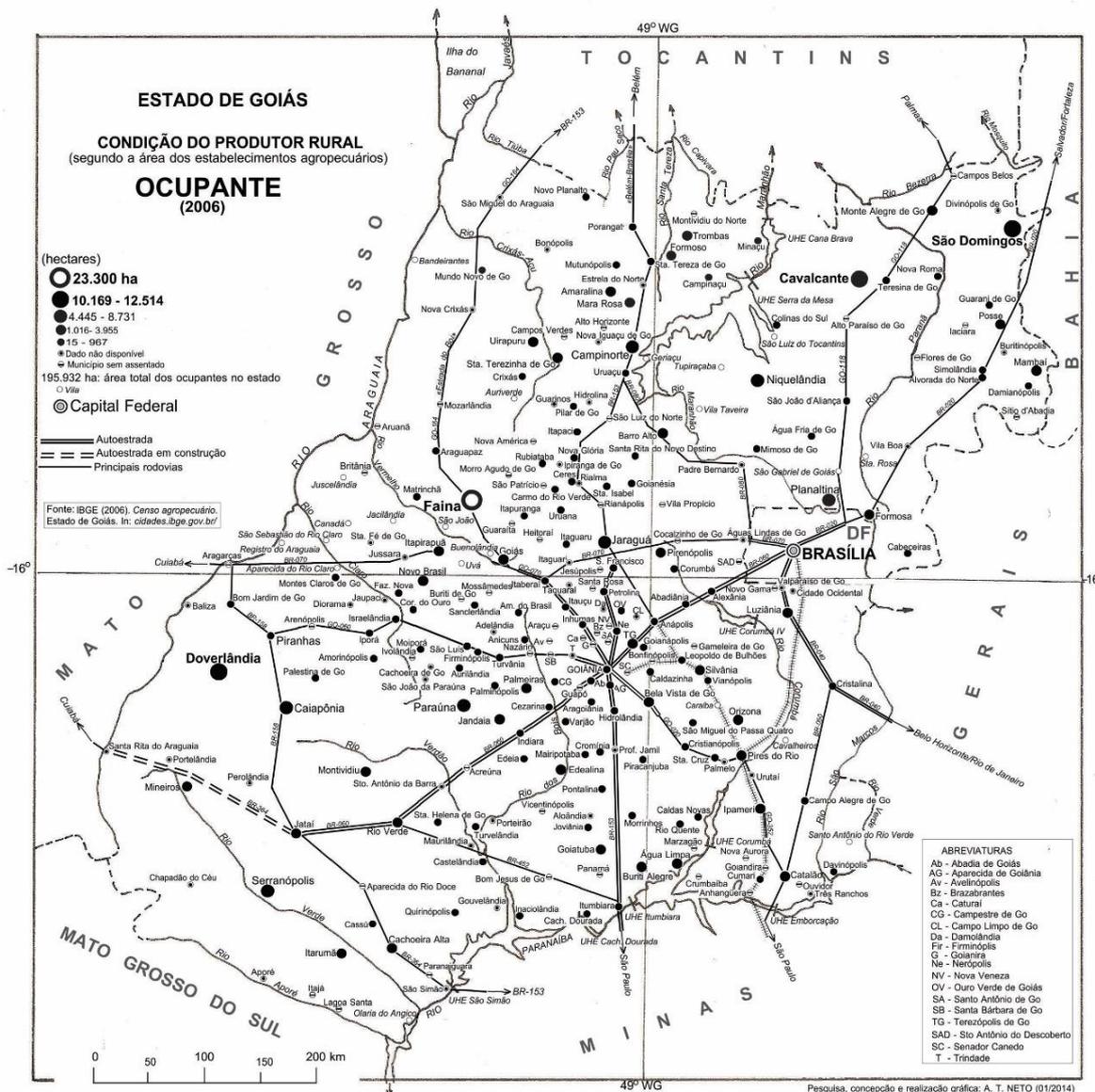


Figura 11 – Estado de Goiás: ocupantes

Geografia da produção agropecuária

Em um estado de raízes agrárias seria óbvio que a maior parte da riqueza viesse do campo. Até recentemente isto era verdade, mas à medida que o estado se urbanizava e se industrializava, as atividades agrárias, apesar de importantes para a formação do PIB e geração de emprego, foram perdendo terreno para os outros setores da economia. Em 1970 empregavam 60,5% da mão-de-obra assalariada de Goiás (incluindo o atual estado do Tocantins). Isto quer dizer que o carro-chefe da economia goiana na época ainda era realmente a agricultura e a criação de gado. De lá para cá, acompanhando as grandes transformações por que passaram o Brasil de um modo geral, e Goiás em

particular (principalmente a cooptação do cerrado pela economia agrícola e pela modernização da agricultura), houve uma inversão na participação dos setores produtivos na formação do PIB estadual. Em 2010, segundo dados da SEGPLAN-Go, a participação dos setores clássicos da economia na formação do PIB goiano foi assim constituída: agropecuária, 14%; indústria, 27%; serviços, 59%. Nos dias atuais a tendência estatística é a mesma: percentualmente, a agropecuária continua contribuindo pouco, mas sua importância indireta na economia do estado ultrapassa esses números. Todos nós sabemos que boa parte da produção agropecuária é destinada ao setor industrial, que a transforma em produtos alimentícios ou energéticos – caso do etanol. Disto se deduz que, apesar de representar apenas uma pequena parcela do PIB, o campo responde pelo fornecimento de boa parte do que é consumido pelas indústrias e que, indiretamente, também responde por boa parte da riqueza gerada pela prestação de serviços. Por muito tempo o campo foi não só o calibrador demográfico das cidades, como também a causa de sua exuberância. Atualmente, municípios, como os de Rio Verde, Jataí, Mineiros, Chapadão do Céu, Montividiu, Santa Helena de Goiás, entre outros, que até o início dos anos 1970 tinham por base de sua economia uma agropecuária tradicional, hoje são, sem exagero, o carro-chefe da economia agropecuária goiana. Os mapas das figuras 12, 13 e 14 confirmam isto.

Produção de soja

Em um pequeno histórico da soja no Brasil elaborado pela Embrapa⁴, ela só começa realmente a ser cultivada em escala comercial no país a partir dos anos 1960, embora, no sul – município de Santa Rosa (RS) –, os primeiros plantios tenham sido realizados no início do século XX (1914). Até fins dos anos 1970, a produção de soja no Brasil permaneceu praticamente confinada aos três estados sulinos (RS, SC e PR). A partir dos anos 1980, o cerrado se transforma definitivamente no novo paraíso da produção de grãos do Brasil. Muitos fatores contribuíram para isto, principalmente o baixo valor da terra em regiões do cerrado (GO e MT, sobretudo). Convém, contudo, ressaltar, que foi em decorrência da expansão da fronteira agrícola em direção ao Centro-Oeste e à Amazônia nos anos 1970, que se acelerou o desmantelamento da propriedade agrícola familiar tradicional em favor de grandes propriedades rurais (particulares ou arrendadas por grandes empresas do campo), que hoje caracteriza a estrutura fundiária

⁴ In: <http://www.cnpsa.embrapa.br/producaosoja/SojanoBrasil.htm>

de todas as regiões em que o agronegócio – principalmente plantar soja e cana e criar boi – é o carro-chefe da economia. Ora, em regiões ainda marcadas por atividades econômicas ainda atávicas, a chegada do capital – e tudo o que ele agrega à sua volta – mudou a fisionomia não apenas do meio ambiente natural, mas também social e econômico. O mapa da figura 12 permite a cada leitor fazer sua própria leitura e análise, mas a geografia da soja do Nordeste Goiano em geral – Vão do Paranã, sobretudo – se opõe diametralmente à do Sudoeste Goiano, ambas, contudo, de relevo e topografia muito parecidos, conforme pode ser constatado no mapa do relevo da figura 1. As razões disto já foram explicitadas no começo deste capítulo.

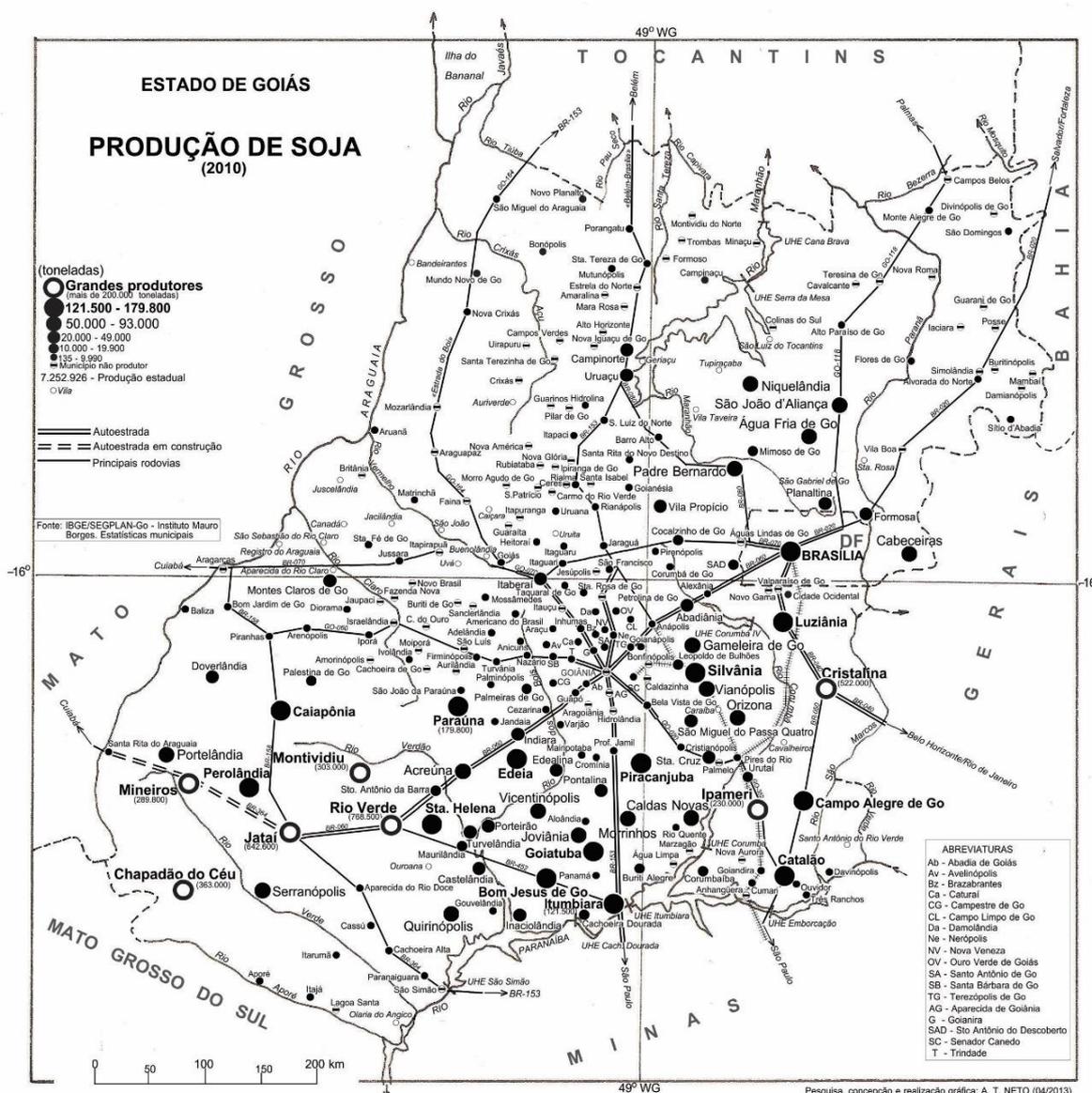


Figura 12 – Estado de Goiás: Produção de Soja

Produção de cana-de-açúcar

Por muito tempo – desde as primeiras lições de história e geografia na escola primária – os brasileiros de modo geral sempre souberam que a cana e seu principal derivado – o açúcar – foram, depois da efêmera comercialização do pau-brasil, os primeiros e praticamente únicos produtos da economia colonial portuguesa, até perder sua hegemonia para o mercantilismo holandês, aqui no Brasil, principalmente em Pernambuco, e depois em suas colônias nas Antilhas.

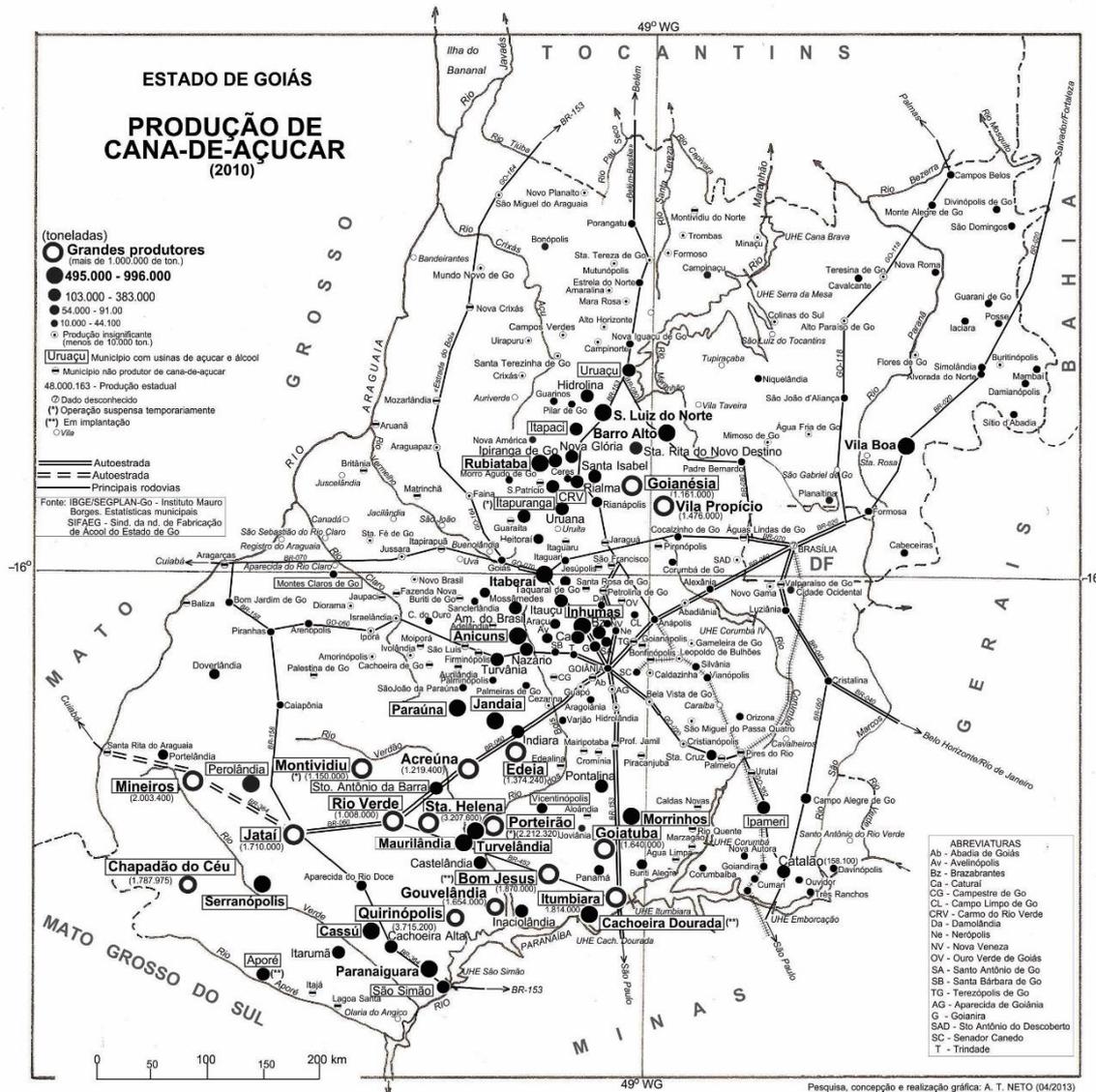


Figura 13 – Estado de Goiás: produção de cana de açúcar

De lá para cá, incluindo-se as crises mais recentes do petróleo (1973 e 1979), a cana só tinha praticamente três serventias para nós brasileiros: fabricar açúcar, rapadura e cachaça. Euforicamente, criou-se em 1975 o **Programa Nacional do Alcool**, o **Pró-**

álcool, voltado para a produção de álcool hidratado – o etanol. Enfrentou crises de abastecimento e de confiança e quase desapareceu. A tecnologia foi retomada no final dos anos 1980 e, no momento presente, o etanol alimenta os motores de milhões de viaturas ditas *flex* e seduz a economia mundial, servindo-lhe de modelo como alternativa de produção de combustível a partir de matéria prima renovável.

Para se entender melhor a distribuição geográfica da produção de cana-de-açúcar mostrada no mapa da figura 13, há também que compará-la com a distribuição geográfica das destilarias que produzem, sobretudo, álcool hidratado, mostradas em destaque. Mas, de antemão, pode-se dizer que, grosso modo, os municípios produtores tanto de cana-de-açúcar, como também de etanol, formam no território estadual três grandes “arquipélagos”: um no Vale do São Patrício, em volta de Goianésia, outro no Vale do Alto Meia Ponte, em volta de Inhumas e o terceiro, amplo e mais importante, no Sul-Sudoeste Goiano, em volta de Rio Verde. Em certa medida, a produção de etanol é também responsável pelo PIB per capita relativamente elevado de municípios com também elevados índices de pobreza – Barro Alto, Vila Boa, Gouvelândia, Porteirão, Turvelândia, etc. De modo geral, diferentemente da cultura de grãos, que exige terrenos de topografia mais plana, a cana se adapta mais facilmente a relevos mais movimentados, como as encostas de declives mais suaves do Mato Grosso Goiano, por exemplo.

O rebanho bovino

Por quase 200 anos – desde o advento da agropecuária como forma permanente de atividade (início do século XIX) – a pecuária se constituiu na principal fonte de renda dos goianos. Criado inicialmente de forma bem rudimentar, à solta, sobre imensas pastagens naturais em volta de antigos arraiais do ouro e de patrimônios nascidos em volta de fazendas tradicionais, o boi ainda é hoje um dos importantes pilares da moderna economia goiana. Por muito tempo – se não ao longo de toda a história econômica e social de Goiás –, fazendeiros criadores de gado sempre tiveram mais prestígio e privilégios por parte dos governos que os agricultores e suas roças essencialmente de subsistência. Até o momento, fazendeiro é quem cria gado e produtor rural é quem preferencialmente planta e colhe.

O preconceito contra o roceiro é, então, histórico e injusto, pois, se houve uma categoria que contribuiu enormemente para o processo de urbanização de Goiás, foi a de agricultores-lavradores, que se fixava no lugar, e não a de criadores de gado, que se deslocava constantemente no espaço. Se, não muito distante do presente, a grande ou até

mesmo a média propriedade rural (a fazenda tradicional) era multifuncional, hoje ela é, sobretudo, especializada: ou cria-se gado em pastagens plantadas e bem cuidadas ou plantam-se grãos ou cana-de-açúcar com alta tecnologia. Com exceção do Sudoeste Goiano, em que existe multiatividade no campo, daí a sua importância tanto na agricultura como na pecuária no conjunto da economia do estado, a geografia do gado bovino é bem diferente, por exemplo, da geografia da soja porque, a não ser excepcionalmente, as duas atividades (pecuária e agricultura) raramente se sobrepõem em uma mesma propriedade rural ou até em um mesmo município, como se pode constatar no mapa da figura 14.

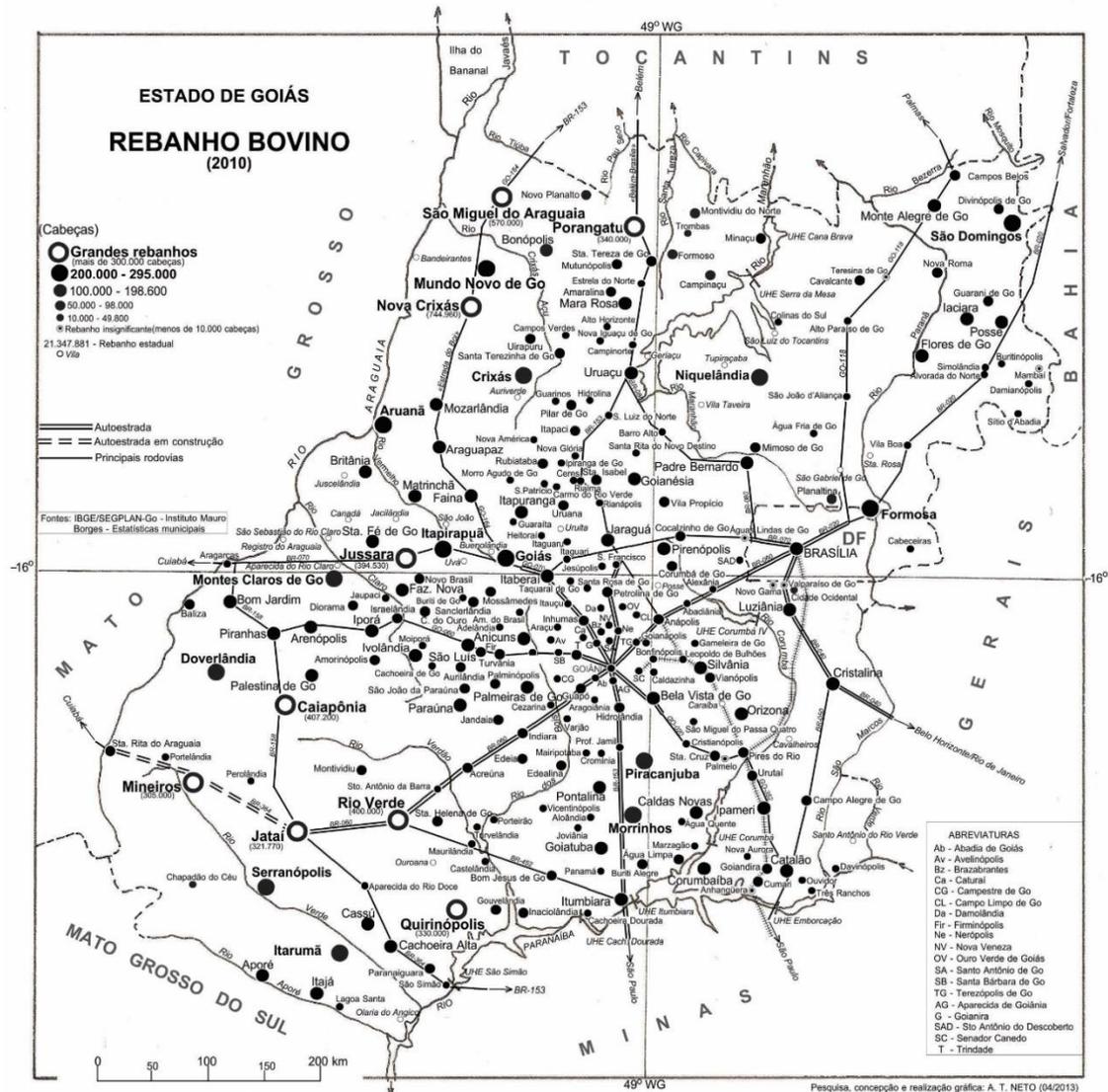


Figura 14 – Estado de Goiás: Rebanho bovino

Se nos municípios mais antigos (Rio Verde, Jataí, Caiapônia e Mineiros), favorecidos por dois tipos de relevo que se opõem geomorfológica e topograficamente (a

chapada e o vale e suas amplas vertentes), criar gado e plantar concomitantemente contribuem enormemente para a formação de seu PIB, em outros, alguns enormes, pouca coisa é produzida no campo, além de bovinos. Na verdade, uma das poucas atividades econômicas que há mais de dois séculos é praticada indistintamente em todos os municípios goianos, é a criação de gado bovino, e com uma peculiaridade ímpar: ela é proporcionalmente a atividade mais importante em municípios com baixos índices de IDH (São Domingos, Flores, Iaciara, Posse, etc.) e em outras tecnologicamente mais desenvolvidas (Nova Crixás, que detém o maior rebanho do estado, Novo Mundo de Goiás, São Miguel do Araguaia, Novo Planalto, todos no Noroeste Goiano), em que não há praticamente mais lugar para a propriedade familiar. Ora, como sói acontecer, onde a pecuária domina, a pequena e média propriedade praticamente desaparecem, ou tendem a ser incorporadas às grandes, poderosas e maiores donas de glebas em terras goianas. Apesar de pouco numerosas, as grandes propriedades ocupam cerca de 45% dos mais de 25.000.000 de hectares do espaço rural goiano.

Cidades agropastoris

O peso e a importância das atividades agropecuárias no processo de formação histórico-geográfica, seja do ponto de vista econômico, político e, sobretudo social de Goiás, é inquestionável, mesmo nos tempos atuais de crises, como esta provocada pela pandemia da Covid-19. A produção e o comércio interno e exterior de produtos agropecuário, relatam a imprensa e os estudos de especialistas do assunto, têm sido, como diz o jargão popular, “a salvação da lavoura”. Não há espaço aqui – e nem é o objetivo deste trabalho – para se aprofundar sobre os reflexos das atividades agropastoris no processo de formação histórica, econômica, política e, sobretudo, social de Goiás. Vamos apenas resvalar em um deles: o do principal fator de povoamento e urbanização do território goiano desde as primeiras décadas do século XIX quando, conforme já sublinhado, a agricultura e a pecuária se tronaram em atividades permanentes para a maioria dos goianos. No decorrer do período imperial até os dias de hoje, não há realmente cidade em Goiás que não tenha um pé na roça. Os mapas das figuras 15 e 16 mostram o desenrolar desse processo no início da República Velha (1890) e a imagem atual do estado (2010), mostram as cidades que surgiram em decorrências das atividades agropastoris, principalmente a agricultura. Vê-se que o processo foi mais acelerado no sul do território, espalhando-se depois por toda parte. Somos realmente uma sociedade de raízes agrárias.

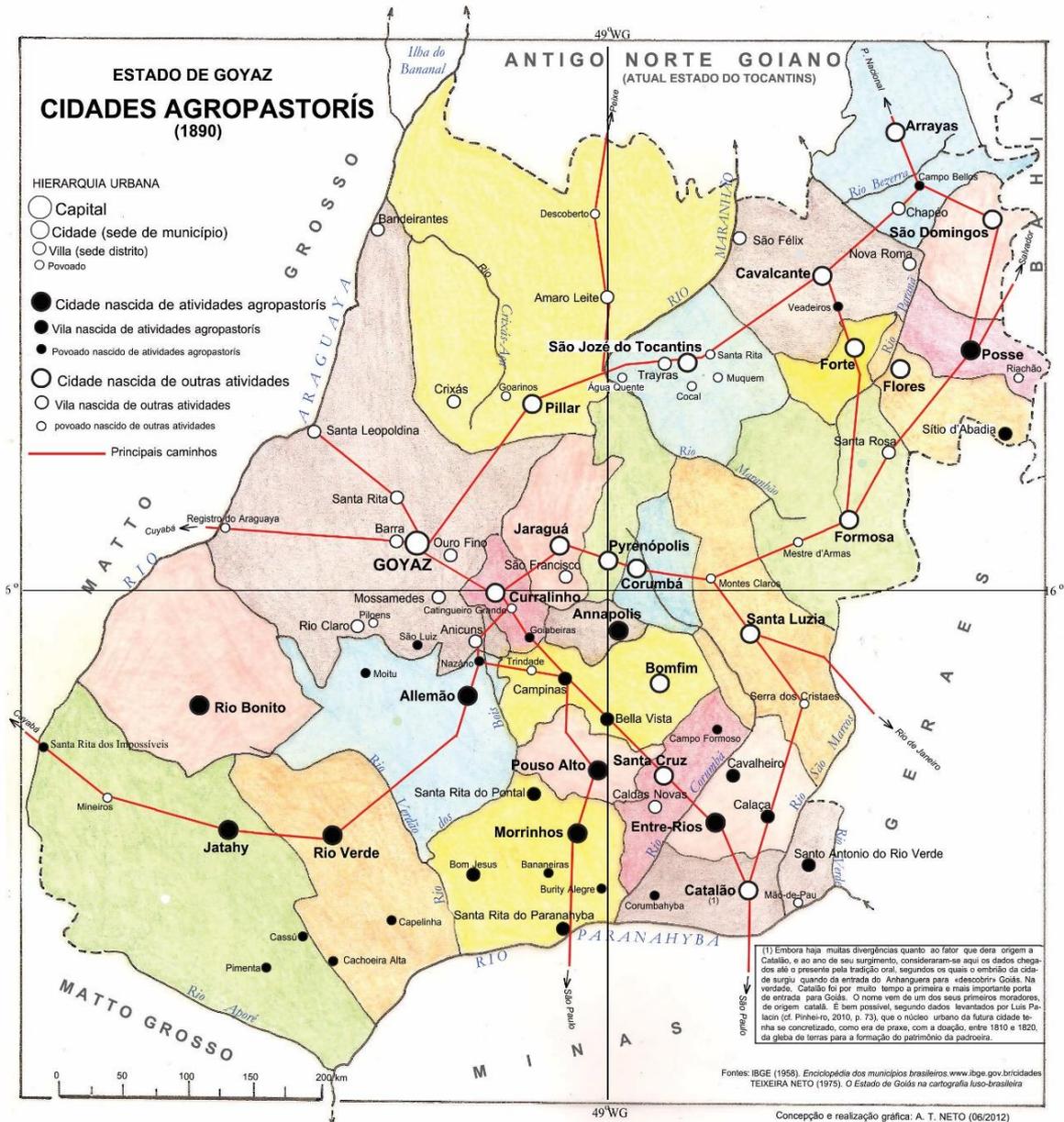


Figura 15 – Estado de Goiás: cidades agropastoris

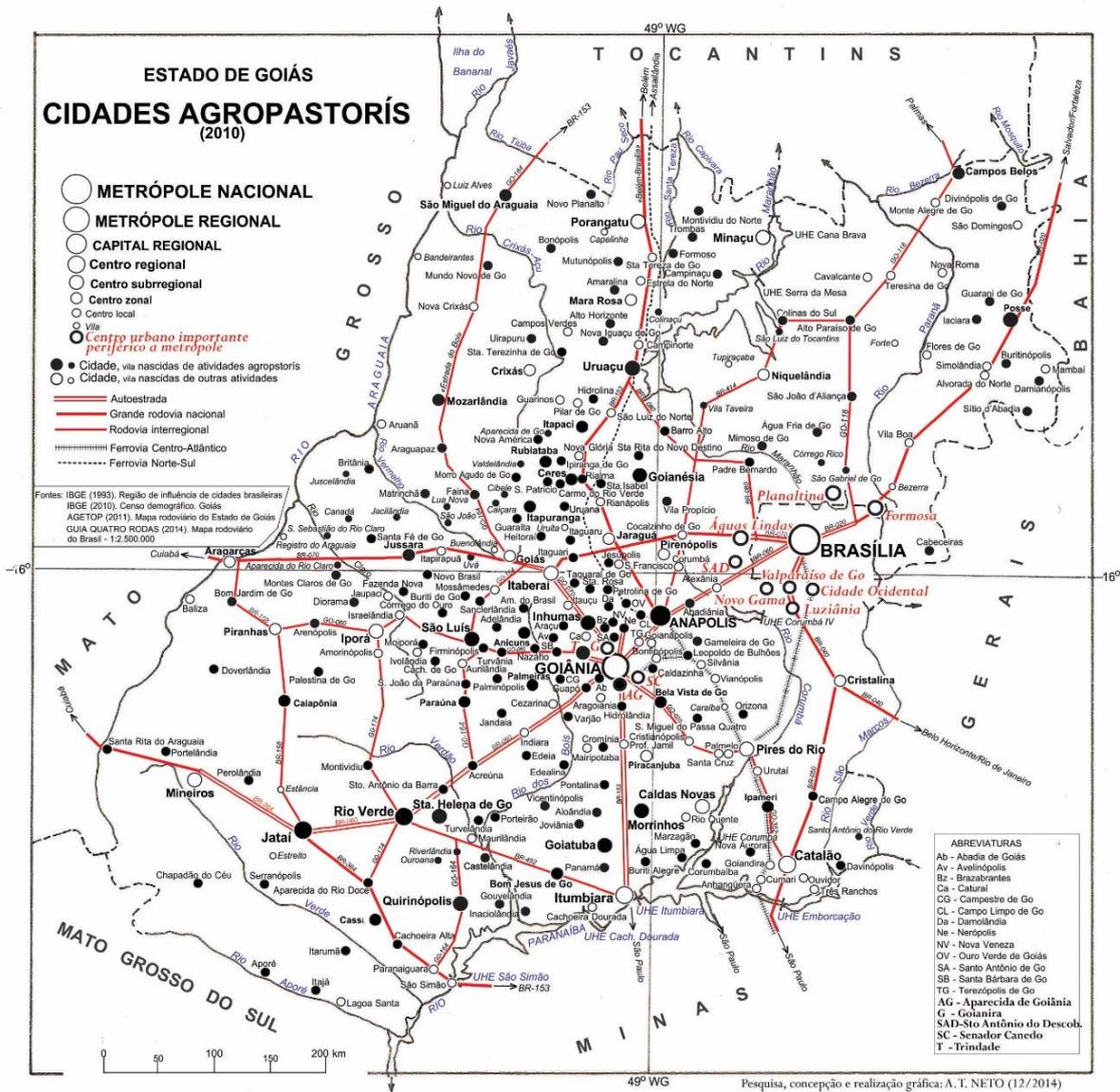


Figura 16 -Estado de Goiás: cidades agropastoris

Considerações finais

Ao final deste breve discurso que tem o cerrado como pano de fundo – logicamente incompleto –, devemos concluir que realmente todo território, logo, toda sociedade, é marcado por dissimetrias, tanto do meio natural como do meio social. Poderíamos também associar essas palavras às entidades municipais, porque toda rede municipal é heterogênea, logo, dividida. As dissimetrias percebidas na sociedade – como entre muitas, a desigualdade na distribuição da riqueza – são também visíveis quando lançamos nossos olhares sobre a forma como os espaços municipais, regionais e estadual goianos são organizados. Todos os cidadãos devem tomar conhecimento dessas

realidades, pois isto lhes diz respeito e é de sua competência e obrigação participar da vida política, social e econômica de sua sociedade, principalmente a da comunidade municipal. Quem faz a História – por extensão, quem faz a sociedade – é o indivíduo; e não há como ser diferente, pois, como dizia Marx⁵, ao falar das relações sociais e econômicas de seu tempo, “*a História é a teu respeito*” (“*de te fabula narratur*”) –, ou seja, a sociedade, tal qual ela é construída e organizada, diz respeito a cada indivíduo que, juntamente com os outros indivíduos, formam o conjunto social, seja ele municipal, estadual ou nacional.

O município, sua cidade-sede e seus lugares habitados, por minúsculos que sejam, constituem o núcleo geohistórico, geossocial e geoeconômico celular, sem o qual o corpo maior – a União e seus membros, os Estados – não existiria e nem teria sentido. Em um de nossos trabalhos ainda inéditos – *Genealogia dos municípios goiano-tocantinenses* – procuramos mostrar esse lado importante do município. Em qualquer lugar do planeta, as cidades e seus respectivos invólucros territoriais constituem uma rede na qual todos os pontos e todos os fios que os unem têm importância, pois, sem essa solidariedade a rede não subsistiria. Na verdade, o município é simplesmente o lugar em que se originam todos os movimentos dos cidadãos e em que todas as atividades, todos os desejos e todas as possibilidades individuais e coletivas naturalmente acontecem e se realizam.

Com relação aos mapas, dizem os especialistas que ele é um excelente suporte da memória, por ínfimo que seja o tempo que o tenhamos diante dos olhos, porque as associações de imagens são semelhantes às associações de ideias. Há no mapa uma lógica – mostrar de maneira indubitável a forma espacial que cada variável nele representada possui. É a partir daí que começam as descobertas. Foi por motivos óbvios para este autor que neste trabalho deu-se mais importância aos mapas que às palavras para mostrar a cara do território estadual, ou melhor as distribuições espaciais tanto de suas feições topográfica e geomorfológicas, como humanas e sociais, que têm o cerrado como “palco” dos acontecimentos. Então, diante do mapa, temos a sensação de abraçar o mundo, porque só ele tem essa virtude que nenhum outro documento ou fonte de dados possuem: colocar diante dos olhos do leitor o território mapeado sob diferentes escalas e fácies e em diferentes épocas. Um exemplo banal é fornecido pelo mapa que mostra a população rural em 2010, figura 3, ao destacar o peso dessa variável em municípios com poucos habitantes, tanto na cidade como no campo, vê-se que neles ela tem mais peso

⁵ Marx disse isto citando o poeta e satírico romano Horácio (65 a 8 AC), no prefácio da 1ª edição de *O Capital* a propósito do fechar de olhos dos alemães sobre o modo de produção capitalista e as correspondentes relações de produção e de circulação na Inglaterra, “até agora o campo clássico dessa produção”. In: *O Capital*, livro I, v. I, São Paulo: Ed. Bertrand Russel-Difel, 1973, p. 5.

visual que em outros com mais moradores no campo – Goiânia, Aparecida de Goiânia, Anápolis, Rio Verde, Luziânia, Valparaíso de Goiás. Neste mapa, como em todos os outros, os dados de cada município foram representados proporcionalmente, caso contrário as imagens que disto resultariam seriam opostas às que aqui mostradas, ou seja, não se saberia, por exemplo, qual a importância desta ou daquela variável neste ou naquele município. Com relação à população rural, o leitor simplesmente iria constatar que não apenas em Goiânia, mas também nos municípios mais populosos do estado, tem mais gente morando fora da cidade que, por exemplo, no pouco povoado e simpático município de Sítio d'Abadia. A aritmética é simples, em que os que vivem no campo são proporcionalmente bem mais numerosos.

Quando se dispõe de séries temporais, é sempre aconselhável mostrar a evolução do fenômeno e, através dela, analisar suas mudanças e transformações espaciais positivas e/ou negativas ou sua estabilidade no tempo e no espaço. Geralmente, as transformações espaciais verificadas ao longo de décadas pouco mudam as tipologias regionais que redundaram do lento processo de formação histórica, econômica e social do território. Desde o início de seu processo de povoamento e urbanização, Goiás já mostrava um esboço de organização do espaço regional de maneira dissimétrica. No desenrolar desse processo, se formaram entidades regionais que, até hoje, pouco mudaram sua fisionomia histórico-geográfica e econômico-social. No interior e em volta da mais importante placa de solos de boa fertilidade natural do estado, concentraram-se os mais importantes contingentes populacionais do estado, por isso o Mato Grosso Goiano se tornou e continua sendo o centro geoeconômico e geopolítico de Goiás, comandado por uma poderosa metrópole regional – Goiânia. Antes, as outras regiões foram se estruturando e se organizando com maior ou menor rapidez segundo as facilidades oferecidas pelo meio natural e pela sua maior ou menor capacidade de articulação espacial e de atração de populações migrantes em busca terras para plantar e criar gado. Mas, mesmo diante de tais dinamismos e movimentos, o Nordeste Goiano continua estereotipado como região problema, apesar do seu grande potencial econômico e, sob todos os aspectos, ser ainda a grande reserva de valor aos olhos de quem é dono de sua maior parte. Desse modo, em qualquer mapa que transcreva estatísticas sociais e econômicas em geral – IDH, por exemplo –, algumas regiões goianas vão mostrar praticamente as mesmas tipologias de algumas décadas atrás, e outras, as transformações recentes por que estão passando: o Centro é há muito tempo fortemente urbanizado e densamente povoado; o Sul e o Sudoeste se transformaram em espaço agroindustrial do agronegócio; o Sudeste é o importante corredor exportador (*commodities*) e importador (combustíveis,

sobretudo) através da antiga Estrada de Ferro Goiás; o Leste Goiano, depois do advento de Brasília, evoluiu de região estagnada e pouco povoada para o segundo mais importante polo agrícola de alta tecnologia e de região urbana problemática que gravita em torno da capital federal; o Oeste é caracterizado como espaço misto, em que pecuária e agricultura coabitam o mesmo território e, demograficamente, não consegue segurar seus habitantes nem no campo e nem na cidade; o Norte é o elo entre o também norte e sul do Brasil através do corredor rodoferroviário constituído pela BR-153 e a inacabada ferrovia Norte-Sul; o Noroeste continua pouco povoado e, conseqüentemente, também pouco urbanizado e tem sua economia voltada essencialmente para a pecuária de ponta; o Nordeste, finalmente, é o que é na boca e na mente de todos os goianos: o Patinho Feio dentre as grandes regiões goianas, mas que não perde o seu charme por ser uma das mais belas e importantes regiões naturais do estado – o Vão do Paranã e a grande Chapada dos Veadeiros –, em que o atávico e o moderno coabitam o mesmo espaço.

Fechando o círculo, tem-se a dizer que essas regiões não são invenções de historiadores, geógrafos, economistas e/ou políticos, mas, enfatizemos mais uma vez, resultado de processos históricos que ao longo do tempo, sem que tivessem sido engendrados e comandados deliberadamente por pessoas ou grupos de pessoas, redundaram em entidades construídas e organizadas paulatinamente por indivíduos humanos. Bem ou mal definidas e/ou discutidas indefinidamente nos meios acadêmicos, estereotipadas e nominadas historicamente, elas são, contudo, uma realidade que faz definitivamente parte do imaginário de seus habitantes.

El territorio del Cerrado en Goiás - Brasil

Resumen: Sin cometer injusticias sobre la no cita de numerosas investigaciones y respectivos investigadores sobre el cerrado, pretendemos en este trabajo sólo mostrar que en el mismo bioma, y bajo diferentes perspectivas de observación y análisis, podemos tener enfoques aparentemente repetitivos, pero que, en conjunto, muestran facetas aún poco percibidas por el lector común. El enfoque de este bioma, que abarca $\frac{1}{4}$ del territorio brasileño, tendrá por nuestra parte un enfoque muy preciso y delimitado: Goiás. Así pues, este artículo presenta elementos estructurales del territorio y la sociedad de Goiás y la sabana del departamento de Goias, como las aguas estratégicas de la sabana, la red de carreteras urbanas, la incidencia de la pobreza, el índice de desarrollo humano (IDH), el analfabetismo y la producción agrícola. Al final de esta investigación que tiene como fondo el cerrado - lógicamente incompleto - debemos concluir que en realidad cada territorio, por lo tanto, cada sociedad, está marcada por las disimetrías, tanto del entorno natural como del social. Las disimetrías percibidas en la sociedad - como entre muchas otras, la desigualdad en la distribución de la riqueza - también son visibles cuando miramos la forma en que se organizan los espacios municipales, regionales y estatales de Goias. Todos los ciudadanos deben ser conscientes de estas realidades, ya que esto les concierne y es su competencia y obligación participar en la vida política, social y económica de su sociedad, especialmente la de la comunidad municipal.

Palabras-clave: Territorio. Goias. Cerrado.

The territory of the Cerrado in Goiás – Brazil

Abstract: Without committing injustices about the non-quote of countless researches and respective researchers about the cerrado, we intend in this paper to show that about the same biome, and under different perspectives of observation and analysis, we can have apparently repetitive approaches, but that, on the whole, show facets still little perceived by the common reader. The approach of this biome, which covers ¼ of the Brazilian territory, will have on our part a very precise and delimited focus: Goiás State. Thus, this article presents structural elements of the territory and society in Goiás State and the Goiás State Cerrado, such as the strategic waters of the Cerrado, the urban-road network, incidence of poverty, Human Development Index (HDI), illiteracy and agricultural production. At the end of this research that has the Cerrado as a background - logically incomplete -, we must conclude that really every territory, therefore, every society, is marked by dissimetries, both of the natural and social environments. The dissimetries perceived in society - as among many, the inequality in the distribution of wealth - are also visible when we cast our gaze on how the municipal, regional and state spaces in Goiás State are organized. All citizens should be aware of these realities, because this concerns them and it is their competence and obligation to participate in the political, social and economic life of their society, especially that of the municipal community.

Keywords: Goiás State. Cerrado Biome. Territory.

Referências

As principais fontes de dados utilizadas na redação e na elaboração dos mapas e textos deste capítulo foram os recenseamentos gerais do IBGE de 2000 e 2010. Mas para melhor orientar o leitor na busca de outras informações sobre os temas e assuntos aqui tratados, indicamos as obras abaixo listadas.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Ruralidade e desenvolvimento territorial**. In: *Gazeta Mercantil*, 15/04, (2001).

AGUIAR, Maria do Amparo Albuquerque **Terras de Goiás – Estrutura fundiária (1850-1920)**. Goiânia: Editora UFG, 2003.

ARRAIS, Tadeu Alencar. **A região como “arena política”: um estudo sobre a produção da região urbana Centro-Goiano**. [Tese de doutorado], Rio de Janeiro: UFF. 2005.

BARBOSA, Altair Sales, GOMES, Horieste & TEIXEIRA NETO, Antônio. **Geografia: Goiás-Tocantins**. Goiânia: Ed. da UFG, 2004.

BARREIRA, Celene Antunes Monteiro. **A região da Estrada do Boi: usos e abusos da natureza**. Goiânia: Ed. da UFG, 1997.

BARREIRA, Celene Cunha Monteiro Antunes. **Vão do Paranã – Estruturação de uma região**. Brasília-Goiânia: Ministério da Integração Nacional-Universidade Federal de Goiás. Vila Velasco Comunicação, 2002.

BARRETO, Maria José Rezende. **Dimensões da Agricultura e Regionalização do Mato Grosso de Goiás**. *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia, v. 2, nº 2, p. 197-202. jul-dez, 1982.

BERTRAN, Paulo. **Formação econômica de Goiás**. Goiânia: Oriente, 1978.

BORGES, Barsanufom Gomide **O despertar dos dormentes**. Goiânia: Editora da UFG, 1990.

CHAUL, Nasr Fayad. **Caminhos de Goiás. Da construção da decadência aos limites da modernidade**. Goiânia: Editora UFG, 1997.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. A urbanização do sertão e a criação de Goiânia. In: GOMES Horieste (org). **O espaço goiano. Abordagens geográficas**. Goiânia: AGB-Seção Goiânia- Gráfica UFG, 2004.

EMBRAPA. **Tipos de solos**. In: www.agencia.cnptia.embrapa.br

FUNES, Eurípedes **Goiás 1800-1850: um período de transição da mineração à agropecuária**. Goiânia: Editora da UFG. Col. Teses Universitárias, no. 40, 1986.

FURTADO, Celso. **A formação econômica do Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1971.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 5ª ed. Prefácio de Antônio Cândido. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio. (Coleção Documentos Brasileiros, v. 1), 1969.

IBGE. **Censo demográfico**. Goiás. Rio de Janeiro: Serviço gráfico do IBGE, 2000.

IBGE. **Mapa da pobreza e da desigualdade no Brasil**. In: www.ibge.gov.br/cidades, 2003.

IBGE. **Censo demográfico**. Goiás. Rio de Janeiro: Serviço gráfico do IBGE, 2010.

IBGE. **Novo Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil**. In: <http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx>, 2013.

SEPLAN.GO/SEPIN **Anuário Estatístico do Estado de Goiás**. Goiânia: Seplan.Go, 2005.

SEPLAN.GO/SEPIN **Estatísticas municipais**. In: www.seplan.go.gov.br/sepin, 2008.

TEIXEIRA NETO, Antônio. O território goiano: formação e processo de povoamento e urbanização. In: ALMEIDA, Maria Geralda de (org.). **Abordagens geográficas de Goiás: o natural e o social na contemporaneidade**. P. 11 a 45. Goiânia: Ed. da UFG, 2002.

TEIXEIRA NETO **Pequena história da agropecuária goiana**. Goiânia: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás ano 20, p. 19-57, Goiânia, jan.-jun, 2009.

TEIXEIRA NETO, Antônio **Estrutura fundiária do Estado de Goiás**. Goiânia: Bol. Goiano de Geografia, no. 29, 2010.

TEIXEIRA NETO, Antônio Ruralidade urbanização em Goiás. In: AIRES, Aidenor et al (org.). **Formação de Goiás contemporâneo. Identidade histórico-geográfica e política cultural**. Goiânia: IHGG- Editora Kelps, p. 212-152, 2012.

TEIXEIRA NETO, Antônio A certidão de nascimento de Goiás: uma cartografia histórica da fronteira. In: DUTRA E SILVA, Sandro *et al.* (org.). **Fronteira Cerrado – Sociedade e Natureza no Oeste do Brasil**. Goiânia: Editora da PUC Goiás, p. 19 a 38, 2013.

TEIXEIRA NETO (sd). **Genealogia dos municípios goiano-tocantinenses**. (Inédito)

TEIXEIRA NETO, Antônio (sd). **Goiás em preto e branco**. (Inédito)

Sobre o autor

Antônio Teixeira Neto - Licenciado em História e Engenheiro Agrimensor. Doutor em Geografia e Cartografia pela Université Paris VII. Foi professor da ex-Escola Técnica Federal de Goiás (atual IFG), da Universidade Federal de Goiás e da Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Recebido para avaliação em julho de 2020

Aceito para publicação em agosto de 2020